

ATA N.º 11/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2016:

No dia vinte de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sede da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase (freguesia de Quinta do Anjo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a cedência da sala para realização desta reunião. Cumprimenta todos/as os/as presentes.

O **Sr. Presidente** menciona que a Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho se encontra com o mandato suspenso, conforme requereu, durante o período de 1 de abril a 1 de julho de 2016, pelo que, no período em causa, é substituída pelo Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos à Ata n.º 9/2016 – reunião de Câmara ordinária de 6 de abril de 2016)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Nomeação de representante do Município na Assembleia Geral da Palmela Desporto, E.M.

PONTO 2 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”

PONTO 3 – Contrato de Comodato entre o Município e o Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas

PONTO 4 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 5 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 6 – Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – Início do procedimento e participação procedimental

PONTO 7 – Atribuição de topónimo na Freguesia de Quinta do Anjo. Requerente: José Manuel Pinto Seco. Processo: Top-6263/2015. Local: Bairro Alentejano – Quinta do Anjo.

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explica a metodologia de funcionamento das reuniões descentralizadas, dizendo que se invertem os períodos pela seguinte ordem:

- 1.º - Período da Intervenção do público no seu início;
- 2.º - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3.º - Ordem do Dia.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público. O período que se segue é destinado à intervenção do público. Dá a palavra a quem queira intervir.

Sr. Leandro Almeida, Presidente da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa

II – 1.ª Fase (1.)

Cumprimenta os presentes.

Intervém enquanto Presidente da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª fase.

Começa por referir que é para si e para esta direção renovada que há um mês tomou posse (no dia 20 de março de 2016) uma honra ter neste espaço esta reunião descentralizada da Câmara Municipal de Palmela. Esta sala foi inaugurada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em 25 de abril de 2014 e em fevereiro de 2015 tiveram a honra de comemorar o aniversário da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Assim que foi contactado para saber a possibilidade de a reunião de Câmara se realizar na sede da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase, em reunião da direção disponibilizaram-se de imediato para este efeito, por entenderem que é nas reuniões descentralizadas da Câmara Municipal que as pessoas têm maior oportunidade para apresentarem os seus problemas. Ele próprio é um exemplo dos munícipes que frequentemente se apresentava nas reuniões camarárias que se realizaram em Quinta do Anjo, Cabanas, Bairro Alentejano e Lagameças para colocar os problemas que havia para resolver. Faz votos para que a nova direção que tomou recentemente posse (como já

disse: em 20 de março último) e que possui novos elementos, estes venham a dar uma nova imagem, dinâmica e juventude à Associação que, no próximo ano de 2017, vai completar os seus 30 anos de vida. Espera que estes 30 anos de vida venham a ser comemorados de uma forma exemplar. Salaria que as comemorações do 42.º aniversário do 25 de Abril são um passo em frente no que têm feito ao longo dos anos, porque efetivamente existem condições para o fazer. Recorda que há anos atrás chegaram a almoçar debaixo das árvores e a trazer mesas e cadeiras de casa para poderem fazer o almoço comemorativo do 25 de Abril. Hoje, felizmente, a Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase dispõe de condições para realizar as comemorações dentro da sua sede. A intenção para as comemorações do 25 de Abril deste ano é a de nos dias 23 e 24 realizarem as animações no exterior (para que possam ter mais impacto) e, simultaneamente, maior disponibilidade de espaço para o que querem desenvolver no dia 25 de Abril (o almoço comemorativo e as restantes atividades). É para si, para a Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase e para esta direção motivo de orgulho ao recordar-se que o Sr. Presidente da Câmara Municipal assistiu ao lançamento da 1.ª pedra desta sede, à inauguração do rés-do-chão, e inaugurou o primeiro andar. Isto fica na história desta Associação.

Solicita que sejam colocadas placas centrais de ordenamento do trânsito, assim como a substituição das placas de identificação existentes nesta rua. Na cabeceira deste edifício há um espaço onde a calçada é inexistente, pelo que solicita a cedência de material para os cerca de 20 m² que faltam calcetar.

Para finalizar: agradece o facto de o executivo municipal estar hoje na sede da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase.

Sr. Florentino (2.)

Apresenta cumprimentos.

Aproveita a oportunidade de esta ser uma reunião de Câmara descentralizada para assistir à mesma e aqui poder apresentar alguns assuntos que considera pertinentes.

Primeiramente quer agradecer tudo o que a Câmara Municipal tem feito pelo “seu” bairro (Bairro Valente). Talvez não tenha sido muito, mas para si é o que considera um começo. Quando se começa e a boa vontade existe consegue-se tudo o que se pode ter. É daqueles que diz “mais vale tarde do que nunca”. Salaria que o “seu” bairro necessita muito de água servida pela rede pública, na medida em que as pessoas que lá moram são, na sua maioria, idosas e vão buscar a água nos garrafões à Moita e à Barracheia. Sabe que para satisfazer tais necessidades há um custo, mas com boa vontade está certo de que vão conseguir chegar a bom porto. Façam o favor de não se esquecerem daquela ‘gente’, porque é uma população

idosa e necessita de água urgentemente, até porque sabem que os poços estão contaminados por causa da lixeira.

Outro assunto que tem a apresentar refere-se à estrada muito deteriorada que vai desde a Marquesa até à partilha com a Moita, porque tem muita terra de um lado e do outro e, no inverno, a água corre como se de um ribeiro se tratasse, o que faz com que haja buracos na estrada. A população não consegue resolver, mas será que a Autarquia não conseguiria executar uma obra que fizesse a água dos pluviais escoar para dentro da vala real para que deixassem de ter os problemas que têm tido até agora? Alerta para o facto de a vala real necessitar de ser limpa junto à estrada. Dentro da vala existem baldes de plástico, garrações, etc..

Gostava que o “seu” bairro fosse um pouco mais limpo do que é. Desde que mudaram os contentores do lixo que melhorou bastante, nem papéis existem no chão e a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo tem ajudado muito ao mandar as suas equipas cortar as ervas e outras tarefas que são tão necessárias.

Sr. Vasco da Silva, Presidente da Associação BRIC (3.)

Saúda os presentes.

É Presidente da Associação BRIC, mas a sua intervenção é feita enquanto munícipe deste concelho.

Refere-se à estrada que alcatroaram recentemente e que liga a zona da Autoeuropa até à Quinta do Anjo e que vai à rotunda do Palmela Village. Mais parece que quiseram poupar alcatrão de lado, de maneira a puseram gravilha e areia, o que com a chuva e o vento se torna intransitável. É um perigo para quem circula de mota. São apenas 25 centímetros de alcatrão para cada lado.

Outro assunto tem a ver com a situação de há uns tempos terem resolvido, devido a acidentes ocorridos, fechar o acesso pelos Portais da Arrábida a quem se desloca de Cabanas. Ao ter de contornar os Portais da Arrábida, verifica que, feitas as contas para ir almoçar a casa todos os dias, são mais de 600 quilómetros/ano, o que a uma média de 5 euros/100 Km, perfaz 500 euros em 100 quilómetros. É muito dinheiro perdido. A execução de uma rotunda iria resolver o problema. As pessoas têm de fazer um desvio de cerca de 1 quilómetro por causa do percurso alternativo que foi feito.

Sr. José Palma (4.)

Cumprimenta os presentes.

Menciona que é morador na Quinta da Chapeleira.

Já teve uma reunião com a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho relacionada com a necessidade de execução do saneamento básico à Quinta da Chapeleira. São cerca de 20 moradias. Vem solicitar o ponto de situação sobre este assunto. Não gostaria de morrer sem que visse o alcatrão e os esgotos executados neste bairro, até porque os moradores pagam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), a limpeza das fossas e, afinal de contas, não têm regalias nenhuma.

Já teve ocasião para solicitar a colocação de ecopontos neste local – Quinta da Chapeleira -, porque se preocupa com as questões ambientais.

Recorda que quando foi morar para a Quinta da Chapeleira também foi efetuada uma solicitação para a execução do alcatroamento. Aguarda por desenvolvimentos a este respeito.

Chega à conclusão que a Quinta da Chapeleira está no esquecimento.

Refere-se a uma casa contígua à sua que pertence a Covas de Coia – Barreiro em que a obra realizada não se pode dar por concluída por parte da Câmara Municipal do Barreiro, o que está relacionado com a urbanização daquela zona. Seria desejável que se conseguisse fazer algo em proveito das pessoas que ali moram.

Sr. Felisberto dos Santos (5.)

Cumprimenta os presentes. Mora na Rua dos Maias, n.º 7. Vem insistir num assunto que já apresentou anteriormente: para quando a execução do saneamento básico e do alcatroamento da rua onde reside.

Sr. Joaquim Maria (6.)

Saúda os presentes.

Vem do Bairro Alentejano. Pertence aos corpos sociais da coletividade do Bairro Alentejano; é Presidente da Assembleia Geral. Lamenta que nesta reunião estejam poucas pessoas do Bairro Alentejano. Também só no dia de hoje teve conhecimento desta reunião descentralizada. A divulgação da reunião descentralizada não foi bem preparada. Só hoje o Sr. Fernando Santos lhe disse “há uma reunião descentralizada nas Marquesas”. Telefonou para a direção da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª fase e nem sequer tinham conhecimento desta reunião. Pergunta para quando se prevê o asfaltamento da Rua Zeca Afonso. É uma promessa que já tem anos. Outra questão, prende-se com a execução da rotunda.

Regista que o cante alentejano está de parabéns. Na próxima sexta-feira vão atuar na Escola do Bairro Alentejano e as crianças estão a aprender o cante alentejano. Segundo consta, também se vão apresentar no festival do Fantasiarte com as crianças da escola.

Para as comemorações do 25 de Abril já está montado o palco. Um obrigado à Câmara Municipal de Palmela que nunca se esquece deles. É uma programação recheada!

Face às questões apresentadas pelo Público, são prestados os seguintes esclarecimentos/respostas:

- Em resposta ao Sr. Leandro Almeida (1.), o **Sr. Presidente** regista que a Autarquia vai procurar corresponder às solicitações, até porque está ao seu alcance satisfazê-las.

- Em resposta ao Sr. Florentino (2.), o **Sr. Presidente** refere que a Câmara Municipal desenvolveu ações relacionadas com a toponímia, procedeu à relocalização dos contentores de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) e deu mais um “toque” no bairro. O projeto de vulto é, de facto, o abastecimento de água. Como foi dito no passado, o primeiro estudo feito pelos serviços municipais refere-se ao prolongamento da zona das Marquesas I e III para o bairro, que tem uma localização um pouco difícil. Trata-se dum bairro de génese ilegal, mas que tem todo o direito de ser contemplado com melhoramentos e responder às necessidades das pessoas que ali vivem. Além de que, a Câmara Municipal tem todo o interesse em ter os municípios ligados à rede pública da água, porque tem um investimento elevadíssimo. Repare-se que o Município de Palmela tem muitos mais quilómetros de conduta de água do que qualquer outro Município para, apenas, 27.000 clientes. Há Municípios que com 1/3 das condutas de água que o Município de Palmela dispõe têm 200.000 clientes. Há todo o interesse em ter as pessoas ligadas à rede pública de abastecimento de água. Acresce que, no contrato para o fornecimento da água, as pessoas pagam, também, os resíduos que produzem. A ligação das Marquesas I e III ao bairro é deveras complicada, por causa do atravessamento da linha do caminho de ferro, para além do custo/benefício do investimento. Atualmente, a própria entidade reguladora (ERSAR) procura condicionar candidaturas que, aliás, têm poucas hipóteses de ser aprovadas, na medida em que, para completar as redes que faltam, as candidaturas acabam por ser secundarizadas ou não aprovadas pelo facto de não terem sustentabilidade económica. Quando, em bom rigor, devia ser ao contrário. Devia haver apoios e fundos comunitários disponíveis para quem tem menos hipóteses: Municípios com uma população mais dispersa em que o custo de levar a infraestrutura é muito maior. Apesar de ser um número mais reduzido de pessoas, a verdade é que têm direito a ser servidas de água da rede pública. Infelizmente é ao contrário. Se o investimento tiver retorno entre 15 a 20 anos vale a pena fazer, senão a candidatura é chumbada.

Sobre a ligação da rede de abastecimento de água ao concelho da Moita, crê não incorrer em erro ao afirmar que o Município da Moita comunicou que não teria pressão suficiente.

O **Sr. Presidente** dá a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho para adicionar as explicações necessárias sobre a ligação à Moita.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** saúda os presentes.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** adianta que o Município da Moita informou verbalmente que não teria condições para essa ligação, mas o Município de Palmela não vai desistir. Primeiramente, vai pedir que essa resposta seja mesmo oficializada e, caso se confirme, ter-se-á de analisar internamente outra alternativa para ser orçamentada.

O **Sr. Presidente** assegura que o Município de Palmela não desistiu da solução preconizada e vai ter de ver de que forma vai estender a rede de abastecimento de água.

Sobre a estrada da Marquesa, o **Sr. Presidente** refere que a Câmara Municipal vai procurar com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo (com quem tem um protocolo de delegação de competências para a intervenção nos caminhos) reparar o acesso o mais breve possível.

Quanto à limpeza da vala real, o **Sr. Presidente** menciona que vai ser tomada devida nota deste assunto, afirmando que a Autarquia vai procurar intervir. Aproveita para fazer um pouco de pedagogia sobre este assunto pelo que acrescenta os seguintes esclarecimentos: este ano voltou a ser publicado um Edital da Agência Portuguesa do Ambiente que refere, claramente, de quem é a responsabilidade pela limpeza das linhas de água: aos possuidores e proprietários dos terrenos e das parcelas dos leitos e margens das linhas de água, sendo que aos municípios cabe a responsabilidade apenas no aglomerado urbano. Já não há guarda-rios como havia antigamente e, também, não se consegue um fiscal para cada cidadão. O espaço que medeia entre a notificação e a posse administrativa chega a demorar seis meses. O município elabora todos os anos um plano de limpeza das linhas de água, até porque é obrigatório. É estipulada uma verba. Os técnicos da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos (DARSU) e do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) definem as prioridades de intervenção e, simultaneamente, procuram “acudir” a uma ou outra situação, ainda que não seja da sua responsabilidade. Assegura que a Câmara Municipal vai procurar intervir na linha de água a que o Sr. Florentino (2.) se refere, por saber exatamente o quão difícil será a notificação dos proprietários.

O **Sr. Presidente** adianta que vai ser levada a efeito a obra de regularização da ribeira da Salgueirinha – Pinhal Novo, por via de uma candidatura, que está orçada em 2.400.000 euros ao Fundo de Regularização dos Recursos Hídricos, e que foi alcançada com sucesso.

O **Sr. Presidente** salienta como é importante a participação da população nas reuniões do Orçamento Participativo, assim como nas reuniões de Câmara ordinárias (nas quais o público pode intervir), de modo a apresentarem os seus problemas. Cada uma destas reuniões é amplamente divulgada, quer através de Editais que são afixados nos lugares de estilo, quer através da publicação em jornais e, ainda, de carros que propagam a informação através do som, além da divulgação fazendo uso de panfletos que são colocados em locais públicos. Alerta

para o facto de que, até 31 do próximo mês de maio, é possível aos/às Srs./as Múncipes preencherem os inquéritos relacionados com o Orçamento Participativo fazendo propostas. Vale a pena a participação.

- Em resposta ao Sr. Vasco da Silva (3.), o **Sr. Presidente** refere que a estrada que identificou é a estrada dos Cabeços Ruivos. A 'história' desta estrada, assim como da dita estrada da Setcom – hoje denominada estrada das Fontainhas – eram caminhos de acesso a fazendas e a parcelas rurais que, entretanto, com a vinda da Autoeuropa e a fixação de empresas neste polo estratégico logístico (perto da A2) ganharam outra importância. As localidades cresceram e aqueles caminhos foram sendo aproveitados, de acordo com a estrutura fundiária, ou seja, de acordo com as parcelas. Está em condições de afirmar que não houve nenhum intuito de poupança. Havia uma estrada que estava em mau estado (a estrada das Fontainhas) e foi alvo de reivindicação para ser intervencionada; e demorou, pelo menos, seis anos desde a decisão até se poder entrar em obra, na medida em que houve lugar à elaboração dum projeto, às expropriações e ao procedimento da empreitada. Estas ações atravessaram praticamente dois mandatos autárquicos. Embora não tivesse sido um compromisso de mandato, houve oportunidade para pavimentar o acesso da estrada dos Cabeços Ruivos, o que serviu até para os Transportes Sul do Tejo (TST) não se desculparem de que não tinham acessos alternativos. Entendeu-se, e bem (no seu entender), repavimentá-la. Mas imagine-se que teria de ir para um processo de expropriações. Certamente teriam de fazer face a processos muito complexos de negociações como o exemplo que ditou antes. Refira-se que a estrada só pode ser feita dentro dos limites do que é o caminho público. Não se pode fazer a berma e a estrada dentro da propriedade privada. Ainda assim, houve proprietários que ficaram aborrecidos quando se fez a valeta para o encaminhamento das águas e 'quase' que queriam uma indemnização. A empreitada que foi levada à concretização foi a colocação de um tapete betuminoso e é o que se faz tecnicamente (são 4 dedos de alcatrão, o que não é pouco). A berma é compactada ora com saibre ora com *toutvenant* – é a pedra que, depois de pisada por veículos pesados ou que circulam a velocidades menos compreensíveis, vai descompactar e pode provocar perigosidade, mas há que alertar para o seguinte: encontra-se colocada sinalização vertical com limite de velocidade. Circula muitas vezes nesta estrada, respeitando os limites de velocidade, e não sai da estrada. Não se consegue fazer uma estrada como se gostaria "cortando as curvas", porque, se assim fosse, ainda hoje a estrada não teria sido pavimentada.

Sobre o acesso pelos Portais da Arrábida, o **Sr. Presidente** esclarece que se tratou duma imposição das Estradas de Portugal. O acesso em causa não estava licenciado e as Estradas de Portugal impuseram-no. Quanto à questão que levanta de que tem de dar uma volta maior, pois tudo na vida é uma questão de hábitos, mas pode vir para Palmela sem dar aquela volta (deslocando-se por dentro dos Portais, vindo dar à Gil Eanes ao cruzamento semaforizado e depois à rotunda). Não sabe se faz mais de 600 quilómetros/ano devido à volta que faz. A

verdade é que a Câmara Municipal viu-se confrontada com aquela necessidade pelas Estradas de Portugal e desconhece se esta entidade teria permitido que se fizesse naquele local outro tipo de circulação. A execução de uma rotunda com uma distância a 100 metros de outra é mais difícil de poder ser concretizado. Há muitas “guerras” com a atual Infraestruturas de Portugal. Dá um exemplo: a Autarquia pediu a melhor atenção à Infraestruturas de Portugal no que concerne à sinalização horizontal na EN 379 – no troço entre São Gonçalo e Quinta do Anjo – e recebeu uma resposta negativa, dizendo que este troço não estava previsto nas próximas empreitadas e que não era prioritário. A sinalização ali existente está a precisar de ser reavivada e, provavelmente, terá de ser o Município a despender sinalização e a fazer as passeadeiras. De facto, não se consegue “lutar” com quem tem a jurisdição na Estrada Nacional.

- Em resposta ao Sr. José Palma (4.), o **Sr. Presidente** responde que, quanto à questão do saneamento básico era desejável consegui-lo com a resolução da AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal) do Barreiro. Menciona que para se executar a rede em baixa até é um investimento pequeno, mas tem de ligar a um emissário e a forma de ligar graviticamente é a descer para o emissário, mas quando é necessária uma estação elevatória na ordem dos 150.000 euros para servir 12 a 24 moradias, fica difícil. Sabe que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho tem estado a acompanhar este assunto. Aquilo que se recorda do tempo em que era Vereador e detinha a área do urbanismo era que o desenvolvimento da AUGI do Barreiro esteve em articulação com o Município de Palmela sobre aspetos técnicos do projeto, porque há atravessamentos que ocorrem no território do concelho de Palmela. Os serviços do Município de Palmela aprovaram o projeto do Município do Barreiro. Estava convencido que o desenvolvimento daquela AUGI iria permitir que se apoiassem os residentes de duas ou três ruas já em território deste concelho e que estão “entalados” entre a autoestrada e o concelho do Barreiro. Ter-se-á de ver qual é a solução possível. Este e outros assuntos podem ser tratados com o/a Vereador/a do Pelouro específico.

Quanto à colocação dos ecopontos na Quinta da Chapeleira, o **Sr. Presidente** garante que a Autarquia fará o pedido junto da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., mas, desde já, adianta que não vai ser fácil. Explica que a AMARSUL tem um acionista privado que detém 51% das ações e quando levanta um braço (na votação) vence os nove braços dos nove Municípios que estão na reunião. Enquanto os Municípios queriam que em vez da distribuição dos dividendos houvesse mais ilhas ecológicas e mais ecopontos, o acionista maioritário entendeu que devia distribuir os lucros, porque tinha acabado de fazer uma compra no capital de uma empresa e queria começar a ter lucro. Espera que com a aplicação do novo regulamento da entidade reguladora se obrigue a outro nível de serviço. A AMARSUL tem de, até ao ano de 2017, colocar um determinado número de ecopontos no concelho. A AMARSUL dita que um ecoponto deve servir um determinado número de fogos e de habitantes, mas, por essa ordem de ideias, as pessoas que moram nas zonas dispersas ou nas zonas rurais não

podem fazer reciclagem, pelo que os rácios existentes carecem de ser alterados. Espera que se consiga a colocação de ecopontos na Quinta da Chapeleira e a Autarquia vai procurar contribuir para que isso aconteça. Uma questão que os/as Srs./as Múncipes desconhecem é que se for colocado no lixo doméstico muito material que devia estar no ecoponto, a AMARSUL faz a sondagem ao aterro e providencia o aumento da tarifa dos resíduos aos Municípios. Isto é um ciclo vicioso. É necessário que no Município de Palmela haja mais Múncipes a fazer reciclagem, caso contrário, ainda é aumentada a tarifa por tonelada.

Sobre o pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o **Sr. Presidente** considera dever ressaltar que os/as Múncipes que não são servidos, nem de esgoto, nem de alcatrão, pagam menos de IMI, porque estes são coeficientes de desvalorização do IMI.

- Em resposta ao Sr. Felisberto dos Santos (5.), o **Sr. Presidente** menciona que, quanto à execução dos esgotos para a Rua dos Maios, verifica-se que os/as técnicos/as da Autarquia estiveram no local e puderam comprovar que não há possibilidade de graviticamente fazer com que os esgotos vão da rua X para a rua Y. Havia todo o interesse de ligar as seis ou sete moradias que ali existem, mas tecnicamente não se apresenta possível a outra solução que o Sr. Felisberto dos Santos apresentou na reunião do Orçamento Participativo. Foram tentar perceber se havia a intenção para a “tal” operação de loteamento e, efetivamente, não se conseguiu uma solução para o saneamento básico. Os/as Eleitos/as em exercício estão disponíveis para falar com o dono do terreno e este precisa mostrar-se disponível para deixar criar uma servidão de infraestruturas. É preciso negociar com ele. É favor conseguir o contacto do senhor. A Câmara Municipal tem de avaliar os custos. Há investimento feito a 50 metros da sua casa e aquilo que se quer é a ligação do saneamento básico, mas terão de se estudar todas as hipóteses.

Quanto ao alcatroamento solicitado para a Rua dos Maios, o **Sr. Presidente** sugere que essa proposta seja formalizada no âmbito do Orçamento Participativo. Assegura que a Câmara Municipal tem feito o alcatroamento de pequenos troços muito para além do que está no plano de trabalho. Comparativamente: do Orçamento Participativo de outubro do ano passado (2016) para o Orçamento de 2017 entraram 26 novos investimentos; isto significa que vale a pena participar e insistir. É evidente que a Câmara Municipal não consegue resolver tudo, na medida em que os recursos são finitos, mas nada fica sem resposta e há sempre o cuidado de dar algum “sinal”. Vale a pena a formalização da proposta de alcatroamento da Rua dos Maias nas fichas do Orçamento Participativo que podem ser entregues até ao próximo dia 31 de maio, de modo a que se possam definir as prioridades.

- Em resposta ao Sr. Joaquim Maria (6.), e relativamente ao asfaltamento da Rua Zeca Afonso, o **Sr. Presidente** menciona que faz parte do programa de mandato da maioria (CDU) esta

obra. Adianta que o estudo prévio já havia sido aprovado na transição do mandato e, em seguida, segue-se o lançamento da empreitada. Prevê-se que a obra tenha início este ano. A abranger a Rua do Limoeiro e a Rua José Afonso e, assim, fica o núcleo consolidado do Bairro Alentejano concluído. É um compromisso para cumprir.

Em relação à execução da rotunda, o **Sr. Presidente** menciona que o Município de Palmela apresentou uma candidatura no âmbito do Pacto de Coesão de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa a um projeto intermunicipal chamado Hub 10 - Plataforma Humanizada de Conexão Interterritorial. "Hub 10" porque tem a ver com a Estrada Nacional 10. É um projeto que abrange os Municípios de Sesimbra, Setúbal, Palmela e Barreiro para tratamento do 'grande' nó da Penalva em que cada um deve fazer a sua parte. Mas, para dar consistência ao projeto tiveram de se unir para conseguir convencer a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) a perceber que 'aquela' localização precisa de uma outra mobilidade. Num pequeno parêntesis: as viaturas que se encontram a operar na última rua de Vila Amélia referem-se, também, a um compromisso de mandato. Curiosamente, a rua em questão pertence ao Município de Setúbal. O Município de Palmela estabeleceu um protocolo com o Município de Setúbal para o asfaltamento da última rua do limite das empresas de Vila Amélia. Voltando à execução da rotunda a que o Sr. Joaquim Maria se refere, o **Sr. Presidente** menciona que o tema da rotunda vai ser apresentado amanhã (21 de abril de 2016) numa reunião com empresas 'daquela' zona. Não é uma rotunda em forma de bolacha giratória, terá de ser executada em forma de orelha, porque há empresas que têm entradas/saídas para a estrada e que não podem ter saída para uma rotunda. Vai ser uma rotunda com um custo avultado, mas há financiamento para a levar à prática, sendo que a Câmara Municipal de Palmela vai ter de acarretar com 50% do seu custo, o que, ainda, custa umas largas centenas milhares de euros.

Mais refere que a Penalva – Quinta do Anjo é um projeto que está no plano de investimentos com uma verba a definir. O saldo que transitar do ano de 2016 vai ter de ser distribuído pelos vários projetos comunitários e que, ainda assim, a Autarquia vai ter de conseguir "arranjar" a parte restante para levar obras à prática, e está em condições de o fazer. Espera que, em 2017, haja no terreno muita movimentação, o que vai significar que muitos projetos comunitários conseguiram ver a sua aprovação. Conclui com a afirmação de que os fundos comunitários têm programação até ao ano de 2020!

Volta a ser dada a palavra ao Público para intervir. Assim:

Sr. Francisco Colaco (7.)

Cumprimenta os presentes.

É morador no Bairro dos Marinheiros.

Faz a seguinte localização: se estiverem na rotunda (de que há pouco falavam) e se dirigirem para o lado da Penalva passando sobre a autoestrada A2, a seguir segue-se a saída para a GNR – Rua dos Fazendeiros -, mas se forem pelo lado oposto à rotunda que fica na parte de cima da via rápida do Barreiro, desconhece a quem pertence a estrada. Parece-lhe ser uma zona de fronteira. Um pouco abaixo da confluência dessa rua que dá para a brigada de trânsito há uma zona em que o alcatrão é cerca de 30 centímetros mais alto do que a berma. Há cerca de dois meses ia a circular naquela via quando viu um carro à sua frente em que a roda do lado direito saiu do alcatrão e o condutor descontrolou-se totalmente e derrapou. A viatura ficou virada ao contrário. O que aconteceu com este automobilista pode acontecer com outros, se não houver o cuidado de refazer as bermas. Basta sair um pouco fora do alcatrão e são covas por todo o lado. É preciso que haja uma intervenção da parte de quem de direito.

Numa reunião realizada no ano passado (em 2016), teve ocasião de falar sobre as placas desta zona. Efetivamente foram colocadas algumas placas indicadoras de direção, mas o que tinha proposto referia-se à necessidade de colocação de placas de identificação de localidade. Todos os que moram nesta zona sabem onde é o Bairro Alentejano, Bairro dos Marinheiros, Bairro Assunção Piedade, mas quem não seja desta zona não sabe, porque estes locais não estão identificados.

Sr. José Reis Baltazar (8.)

Apresenta cumprimentos.

Gostaria de saber qual é o ponto de situação em relação à Rua da Palmeira.

Refere que na Rua 25 de Abril havia um troço com mais de 100 metros sem iluminação. Denota a sua satisfação por verificar que já foram colocados 5 postes de iluminação pública; está em falta a colocação dos candeeiros.

Regista que a lâmpada que foi colocada no cruzamento entre a Rua Fernando Pessoa e a Rua 25 de Abril foi uma boa ideia.

Acrescenta que a vala real (assunto já abordado nesta reunião) é um problema.

Verifica que os contentores do lixo foram colocados.

Chama a atenção para o facto de na Rua Augusto Gil com a Rua Luísa Tody a gare do contentor continua por reparar.

Sr. Paulo Anes, Presidente da AUGI da Quinta da Carrasqueira (9.)

Cumprimenta os presentes.

Começa por referir que é Presidente da AUGI da Quinta do Carrasqueira (Proc.º L-18/86) já lá vão 30 anos de existência. Intervém em nome dos coproprietários desta AUGI. Assim:

. Já tiveram um licenciamento condicionado para execução de habitações novas dentro da AUGI. Entretanto, tiveram conhecimento da alteração à Lei 91/95 e veio publicada a Lei 70/2015 que veio proibir a construção de novas habitações. Ficaram surpreendidos. Na altura, um coproprietário entregou um projeto na Câmara Municipal que não foi aceite. Não conseguiram construir as habitações. Não conseguiram a emissão de um alvará de loteamento, porque para tal se concretizar teriam de ter 70% da obra executada. Estão de certo modo "enrolados" sem saber o que fazer. Acresce que não há dinheiro suficiente em caso de o alvará ser emitido. Gostaria de saber se há previsão de a lei vigente ser alterada.

. Um outro assunto: já há algum tempo que estão à espera da ligação da água da Quinta 9 até à AUGI. Esta ligação é importante, porque vai permitir oferecer melhores condições aos habitantes. Estão à espera de resposta da Câmara Municipal, além de que têm outros assuntos a tratar.

Sra. Josefa Peralta (10.)

Saúda os presentes.

Mora na Quinta da Marquesa.

Intervém a propósito do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e a avaliação dos imóveis, referindo-se à resposta dada pelo Sr. Presidente ao Sr. José Palma quando menciona que *"os/as Municípios que não são servidos, nem de esgoto, nem de alcatrão, pagam menos de IMI, porque estes são coeficientes de desvalorização do IMI"*. Discorda desta afirmação, porquanto a sua casa estava avaliada em 67.000 euros e passou para 117.000 euros e que, devido ao seu protesto, sofreu nova avaliação, tendo passado para 120.000 euros. Pagava 260 euros de IMI/ano e passou para 500 euros de IMI/ano. Também não é servido de esgotos. A sua casa está avaliada como se a Quinta da Marquesa fosse uma urbanização "finíssima".

Face às questões apresentadas pelo Público, são prestados os seguintes esclarecimentos/respostas:

- Em resposta ao Sr. Francisco Colaço (7.), o **Sr. Presidente** menciona que a rua que vai dar ao cruzamento onde há a intenção de executar a rotunda tem o nome de Rua dos Fazendeiros. Uma parte substancial desta rua pertence ao concelho de Palmela, embora, num dos lados da rua estejam contentores de resíduos sólidos do Barreiro. Porque estão numa zona de confluência é normal que os níveis de serviço sejam acordados entre as Autarquias, independentemente da(s) pessoa(s) estar(em) num lado ou no outro, os contratos de água,

etc., podem ser feitos nas zonas fronteiriças dessa forma. Passa nesta estrada com frequência e, de facto, nota-se que a mesma serve um tráfego intensíssimo de pesados e, por isso, tem tendência a apresentar fissuras. Os serviços municipais vão procurar identificar se o troço a que se refere pertence ao Município do Barreiro ou ao Município de Palmela. Não convém que haja a ideia de que é terra de ninguém. Os Municípios colaboram e trabalham em conjunto para resolver os assuntos que hajam.

Relativamente à indicação das placas de localidade, o **Sr. Presidente** concorda com o Sr. Francisco Colaço. Ainda recentemente os/as Eleitos/as em funções falavam entre si na tentativa de procurar perceber o que havia sido feito. Não está esquecido. O local onde as placas são colocadas – de início e de fim de localidade – não é fácil de definir. Nos casos em que a localidade é atravessada por uma EM (Estrada Municipal) ou EN (Estrada Nacional) há um aglomerado urbano em torno de uma grande via onde é fácil colocar as placas de início e de fim de localidade (por exemplo: Venda do Alcaide, Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Lau, Areias Gordas), mas quando há outras ramificações torna-se mais difícil. Como é que se vai definir que ali - naquele local – é o fim do Bairro Alentejano quando há quem diga que é o Bairro dos Marinheiros? É muito difícil. Garante que o assunto está em estudo. As placas direcionais foram colocadas. O que vale é que os GPS ainda reconhecem o Bairro Alentejano. Sugere que a Sra. Vereadora Adília Candeias possa dar uma ajuda no sentido da resolução deste assunto.

- Em resposta ao Sr. José Reis Baltazar (8.), o **Sr. Presidente** responde:

A intervenção na Rua da Palmeira deu entrada por via do Orçamento Participativo. Terminou o prazo para a entrega das propostas. Estimou-se que a obra ficaria, no mínimo, em 16.000 euros, mas conseguiu-se que a adjudicação seja feita pelo valor aproximado de 12.300 euros. Em maio vai haver obra. É executada a drenagem superficial em valeta espraçada e a pavimentação da rua.

Os contentores do lixo foram colocados, mas, às vezes, não são definidos os locais à vontade dos/as Múncipes.

Foi tomada nota para reparação da gare do contentor, de modo a corrigir a situação.

- Em resposta ao Sr. Paulo Anes (9.), o **Sr. Presidente** intervém para dar a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho no sentido de ser ela a preparar a resposta a este Múncipe.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa pelo procedimento de reconversão, dizendo que falta a entrega de alguns elementos retificativos. Está agendada uma reunião entre as duas unidades orgânicas que articulam o procedimento relativamente à ligação da água.

No que concerne à Lei das AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) e fazendo um pouco de história, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** explica que vigorava uma lei das AUGI com algumas insuficiências, do ponto de vista do que é a materialização de um processo de reconversão. Era uma lei com algumas falhas ao nível do que se pretendia que fosse um procedimento mais aligeirado. Pretendeu-se com uma alteração legislativa que esse processo fosse agilizado. Do ponto de vista da maioria CDU há matérias que vieram para pior (como as que o Sr. Paulo Anes referiu, ou seja, se na lei das AUGI's existia a figura do que se chama licenciamento condicionado que permitia que alguém pudesse construir de novo, neste momento apenas se pode regularizar o que já está construído e está contemplado numa planta síntese. A Câmara Municipal de Palmela, no início deste mandato autárquico, aprovou alterações ao seu Regulamento de Urbanização e Edificação, ainda ao abrigo da anterior lei das AUGI's, que vinha permitir a operacionalização da figura 'antiga' do licenciamento condicionado, permitindo que cada um dos coproprietários, reunidos alguns requisitos, pudessem construir e ter a sua construção licenciada. Com esta alteração legislativa teve de ser deitado fora o trabalho em parte e reconstruí-lo fazendo uma nova alteração, mas adaptada àquilo que é a lei. A CDU (Coligação Democrática Unitária) não está de acordo com estas alterações e já pediu que internamente fosse feito um levantamento daquilo que considera que são as insuficiências desta lei para apresentar a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República uma proposta de alteração.

Em complemento, o **Sr. Presidente** recorda que foi um compromisso deste mandato alterar o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais para facilitar a questão do pagamento das taxas e criou-se a figura do licenciamento condicionado definindo em que condições estariam disponíveis para o licenciamento condicionado. Foi, na verdade, esta nova lei das AUGI's que trocou as voltas. O que se pode fazer para influenciar a Assembleia da República? O Município de Palmela vai certamente influenciar a Assembleia da República, até porque a Comissão Parlamentar de Ordenamento do Território solicita, muitas vezes, ao Município de Palmela os regulamentos e os processos de AUGI deste Município dada a complexidade de que se revestem. Aproveita para adiantar que se prevê a realização em outubro próximo de um seminário sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que vai contar com a presença da Dra. Fernanda Paula Oliveira que é uma especialista em direito do urbanismo e que vai ter convidados a nível nacional. Este seminário vai ser promovido pela Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Palmela e vai efetivar-se exatamente por considerarem que tem de haver uma reflexão sobre esta matéria e uma interpretação que faça doutrina de alguns preceitos da lei. Como os/as Srs./as presentes devem saber há, por vezes, diferentes interpretações da lei de câmara para câmara, de arquiteto para arquiteto, de jurista para jurista, e como a Dra. Fernanda Paula Oliveira da Universidade de Coimbra tem estado na base da produção legislativa dos vários governos (porque lhe pedem consultadoria nesse domínio) e é uma eminente especialista nas alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, da

nova lei dos solos, etc., considera que é muito interessante poder aprender com ela. Aliás, a Câmara Municipal de Palmela pede pareceres que são pagos, muitas vezes para “desempatar guerras” e “desempatar tribunais” para ver se faz jurisprudência e começa a perceber que quem faz as leis se esquece da especificidade dos territórios. É evidente que não pode haver uma lei diferente para cada um. A ‘antiga’ lei das AUGI’s já era para ter acabado, mas a verdade é que não há dinheiro para investir e fazer a reconversão de um momento para o outro. Todos/as queriam que a reconversão já estivesse feita.

Quanto à ligação da Quinta 9 até à AUGI, o **Sr. Presidente** refere que se pode por em prática a celebração de um protocolo que a Câmara Municipal de Palmela criou há uns anos e que foi celebrado com as Marquesas I e III. Este mesmo protocolo pode ser replicado. Espera que os serviços camarários respondam rapidamente.

- Em resposta à Sra. Josefa Peralta (10.), o **Sr. Presidente** esclarece que a reavaliação dos imóveis vai passar a ser feita de 3 em 3 anos. No final do ano passado, o Município de Palmela foi contactado pela Autoridade Tributária para alteração dos zonamentos e dos coeficientes de localização do IMI. Está em condições de informar que, no território deste concelho, houve um conjunto de situações em que baixou o coeficiente de localização e outras em que aumentou, mas, de uma maneira geral, baixou. A Câmara Municipal sabe, desde já, que vai receber menos de IMI por via desta realidade. Aquilo que afirmou na resposta ao Sr. José Palma é incontestável. Cada contribuinte tem uma ficha nas Finanças correspondente ao seu imóvel onde constam os elementos da avaliação (número de pisos/área do terreno/coeficiente de localização/área bruta privativa/área bruta dependente/idade do imóvel/coeficiente de vetustez – quanto mais anos tem mais vai desvalorizando/moradia isolada ou geminada/com ou sem garagem/com ou sem piscina/e o ponto 16 é o coeficiente referente ao saneamento). Estas fichas são feitas de duas maneiras: quando a pessoa tem a licença de utilização preenche uma ficha do urbanismo que é enviada para a Autoridade Tributária digitalmente, ou então é feita pelos avaliadores com respeito pelos coeficientes de localização.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** menciona que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a ‘*Semana das Freguesias*’. A semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo decorre de 18 a 22 de abril.

Agradece a cedência da sala à direção da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase para realização da presente reunião de Câmara.

Da programação desta semana destaca:

. A semana iniciou-se com uma reunião de trabalho entre o executivo que tem pelouros atribuídos e o executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Debateram assuntos, como sejam:

- . o levantamento das obras e ações em curso a realizar na freguesia;
- . a avaliação da delegação de competências sobre as ações que estão a cargo da Junta de Freguesia e a apreciação é positiva;
- . o reforço das verbas de alguns protocolos de delegação de competências, nomeadamente no âmbito da calçada e da contratação de pessoal para a limpeza urbana;
- . as candidaturas a fundos comunitários;
- . alguns projetos que estão previstos para a freguesia;
- . a atenção centrou-se nas obras de saneamento e na rede viária, uma vez que continuam a ser prolongados investimentos nesta área;
- . a ampliação da Escola Básica António Matos Fortuna e as obras de beneficiação com uma ligeira ampliação na Escola Básica de Cabanas - reuniram com o Agrupamento de Escolas e com os professores na tentativa de perceber as prioridades;
- . a necessidade de acompanhamento dos processos de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;
- . a refuncionalização do Mercado Municipal da Quinta do Anjo, cujo projeto vai ser apresentado dentro em breve;
- . a possibilidade de pavimentação da Rua Joaquim Ferreira Calote, onde há poucos meses foi efetuado o saneamento básico;
- . o Bairro Assunção Piedade (que tem zonas em avos indivisos e zonas em metros quadrados) na tentativa de perceber as dificuldades que existem na definição dos arruamentos para poder infraestruturar em conjunto com os habitantes.

Houve uma reunião de trabalho com o Clube de Produtores da Arrábida - é um clube recém-criado que conta com um conjunto de marcas de prestígio, tais como:

- . as compotas da Bina;
- . Flavors Palmela;
- . os licores de Lima e Fortuna;
- . a ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal;
- . a ADREPAL – Centro de Promoção e Desenvolvimento Rural, Lda.;
- . as conservas.

Na prática é um clube de produtores que pretende continuar a promover produtos de excelência que existem nesta freguesia e estiveram a trabalhar nas formas de divulgação e valorização desses produtos. Existe um excelente plano de trabalho elaborado para esse efeito.

Visitaram a Escola Básica de Cabanas e definiram as prioridades. São elas: um espaço multiusos para a educação física, atividades de tempos livres, sala de arrumos, novos sanitários, a requalificação do logradouro, entre outras medidas.

Estiveram no Centro Social de Quinta do Anjo a trabalhar sobre a necessidade de requalificação das instalações do seu centro de dia e, face à inexistência de fundos e de candidaturas e/ou programas de apoio, o Município de Palmela assumiu a disponibilidade para dar uma participação nestas obras, entre outras matérias;

Passaram na Rua José Luís Cipriano “no coração da aldeia” e que passou recentemente a ter saneamento básico, estando, na altura, de a pavimentar. Prevê-se que, dentro de meses, esteja em curso a empreitada de pavimentação e de drenagem pluvial.

Estiveram no Mercado Municipal de Cabanas que foi alvo de obras de conservação. A obra satisfaz.

Estiveram no prolongamento da Rua Miguel Cândido. Trata-se dum compromisso de mandato a execução daquele troço que vem dar à estrada dos 4 Castelos e que é uma excelente escapatória para quem não quer ir a S. Gonçalo. A intervenção ascendeu a praticamente 60.000 euros e está cumprida.

Visitaram um arruamento poente na zona industrial de Vila Amélia onde se iniciaram as obras que os Municípios de Setúbal e de Palmela estão a levar à prática.

Foram à Travessa da Palmeira e tiveram oportunidade de explicar o que lá pretendem fazer.

No Bairro Alentejano estiveram na Rua José Afonso. O projeto está aprovado. Estima-se que a obra esteja em execução antes do final do ano.

Visitaram a empresa Texbag – Soluções de Embalagem, porque, no meio de vila Amélia, encontram-se empresas com uma dinâmica incrível, a par da qualidade, nível de exigência e certificação e que apresentam um volume de negócios que é importantíssimo para o concelho. Em bom rigor, estas empresas encontram-se numa zona que está sub-infraestruturada. Não vale a pena falarem da génese do emparcelamento. Houve um momento em que era possível fazer a venda dos terrenos aos bocados. Hoje há problemas de acessibilidades e problemas de drenagem, mas, felizmente, as empresas mostram vontade em permanecer neste território. Falaram da necessidade de existência de transportes coletivos públicos para os trabalhadores que laboram em toda esta zona, porque têm de se deslocar de carro e o trânsito é intenso.

Visitaram, ainda, uma oferta de grande qualidade em plena Arrábida: a Quinta do Louro. Ficaram maravilhados com esta oferta de camas e alojamento local associado à gastronomia e

aos produtos de qualidade. Esta oferta de turismo rural é fundamental para a afirmação do território e para o desenvolvimento da economia local no plano de desenvolvimento turístico que tem para o concelho.

Visitaram adegas e outro tipo de empresas. Voltaram a uma casa à qual já não iam há alguns anos: a casa Agrícola Horácio Simões, é bom recordá-la, porque é das mais tradicionais. É uma casa familiar que faz vinhos e moscatéis roxos de enorme qualidade. O sucesso do moscatel roxo tem muito a ver com a história daquela família, com uma feliz teimosia do avô do Pedro Simões. A história era a de que: antes não queriam que se plantasse vinha de moscatel roxo. Vale a pena continuar a divulgar o trabalho que estas empresas fazem.

Hoje à noite tem lugar a presente reunião de Câmara descentralizada, na sede da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase, freguesia de Quinta do Anjo.

O dia de amanhã (21 de abril) está reservado a uma reunião de trabalho com as empresas de Vila Amélia e, também, a uma reunião com uma empresa e um grupo de dinamizadores de um encontro de geocaching. Geocaching é algo que está na moda para a descoberta do território ligado ao turismo, ao lazer, à cultura e ao património.

A sexta-feira (manhã), dia 22 de abril, será o período destinado ao atendimento dos/as Srs./as Municípes por parte do Presidente da Câmara e dos/as Eleitos/as com pelouros.

Na sexta-feira (tarde), dia 22 de abril, será efetuada uma conferência de imprensa no Espaço Fortuna Artes e Ofícios com o balanço da semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Saudação (25 de Abril) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (25 de Abril de 1974) – do eleito da coligação PPD-PSD/CDS.PP.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (ao 25 de Abril e à Constituição) – dos/a eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da Saudação (25 de Abril) – dos/as eleitos/as da CDU:

SAUDAÇÃO (25 de Abril)

"Comemoramos este ano o 42º aniversário do 25 de Abril, um marco incontornável da história de Portugal e uma viragem decisiva no seu futuro.

A luta crescente contra a ditadura, que perseguiu, encarcerou e assassinou quem lhe fez frente, contra um Estado que condenou o país ao atraso, à pobreza extrema, ao isolamento internacional e contra uma guerra colonial sem sentido, que interrompeu os sonhos de milhares de jovens, foram ponto de partida para essa madrugada de coragem dos militares que o povo tomou como a oportunidade das suas vidas.

Passo a passo se fez um país novo, livre nas escolhas, solidário na luta pela melhoria das condições de vida, a erguer as bases da democracia e da participação cívica.

Saída das primeiras eleições livres, a Constituição da República Portuguesa, que completa, este ano, o seu 40º aniversário, consagrou as mudanças profundas, os princípios, direitos, liberdades e garantias fundamentais que nortearam a construção do Portugal democrático.

O exercício da democracia política assentou na livre formação dos partidos, no direito à participação, nas eleições livres e direito de voto aos 18 anos, na igualdade de direitos das mulheres, na liberdade de manifestação e de reunião, na liberdade de expressão, de imprensa, de criação intelectual, artística e cultural.

Os trabalhadores viram consagrados os direitos ao trabalho, ao salário mínimo nacional, a férias pagas e subsídio de férias, à contratação e negociações coletivas, à segurança social, ao subsídio de desemprego, pensões e reformas, à liberdade sindical e à greve.

Os direitos sociais garantiram o acesso em condições de igualdade à saúde, à educação, à cultura, o direito à justiça e a independência do poder judicial.

Os princípios de independência e soberania nacional e de respeito pela autodeterminação dos povos e de não ingerência abriram novas perspetivas de relacionamento e de solidariedade internacionais.

Não obstante a existência de revisões à Lei Fundamental, nomeadamente, as que se prendem com a adesão de Portugal à União Europeia, a Constituição da República Portuguesa continua a ser, no contexto europeu e mundial, uma das que mais direitos e garantias consagra.

Saído de Abril e consagrado também na Constituição da República Portuguesa, o Poder Local Democrático, também este ano a comemorar os seus 40 anos, foi outro pilar fundamental e decisivo do desenvolvimento social e económico, de satisfação das necessidades básicas das populações e de qualificação do território.

Os 42 anos do 25 de Abril que agora comemoramos são também de maturidade da democracia. Uma maturidade que permitiu interromper o ciclo de retrocesso económico e de supressão de direitos. Uma maturidade que colocou no essencial que nos une a base de entendimento e diálogo para retomar a esperança de Abril.

Na passagem do 42º aniversário do 25 de Abril, a Câmara Municipal, reunida em sessão pública, na freguesia de Quinta do Anjo, **delibera**:

- Saudar os militares de Abril e o povo que saiu à rua e que contribuiu de forma decisiva para a Revolução dos Cravos;
- Exortar os cidadãos do concelho à participação na vida local, em todas as suas dimensões, reforçando o exercício do poder local democrático, sempre disponível para trabalhar com as populações na melhoria da sua qualidade de vida;
- Convidar a população a participar nas iniciativas que, nas cinco freguesias do nosso concelho, assinalam o Dia da Liberdade;
- Enviar a presente saudação à Associação 25 de Abril, Assembleia Municipal de Palmela, Juntas de Freguesia, Grupos Parlamentares, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Presidente da República e comunicação social.”

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e faz a leitura da Saudação (25 de Abril de 1974) – do eleito da coligação do PPD-PSD/CDS.PP:

SAUDAÇÃO (25 de Abril de 1974)

“No dia 25 de Abril de 1974 os portugueses conquistaram a liberdade e a democracia pela qual há tanto tempo lutavam, um dia que ficará para sempre como um marco da história de Portugal. Tivemos oportunidade de conhecer o verdadeiro valor da liberdade, tendo sido uma das maiores conquistas do povo português.

A liberdade é sem dúvida um dos maiores valores da humanidade e os portugueses perceberam isso e fizeram deste dia, um dia de todos e para todos nós. Após tantos anos houve finalmente um ponto de viragem para que todos os portugueses tivessem liberdade de expressão e pudessem viver em democracia.

O 25 de Abril levou a que tenhamos hoje uma democracia consolidada, sendo este um facto pelo qual nós devemos sentir orgulho. Uma conquista plena de afirmação que transformou o nosso Portugal num país melhor e que, independentemente das opções político-partidárias de cada um e das diferentes opiniões de circunstância, a verdade é que esta transição valeu a pena e permitiu termos hoje uma democracia plena e para todos os portugueses.

Com a revolução de Abril foi também possível termos um Poder Local democrático, eleito diretamente pelas populações e cujas primeiras eleições se realizaram há 40 anos, em 12 de

dezembro de 1976. Um poder local representado por todos os partidos políticos que ao longo dos mandatos deram um enorme contributo para a melhoria da qualidade de vida das nossas terras e das nossas gentes. Muito se fez e ainda hoje se faz, de norte a sul passando pelas ilhas, para que no dia-a-dia se possa continuar a construir a obra que nasceu do sonho do dia 25 de Abril de 1974.

Como tal a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 20 de abril de 2016, **saúda** o dia 25 de Abril de 1974, assinalando, na passagem do seu 42º aniversário, a importância deste dia para Portugal, enaltecendo o valor desta data histórica como património de todos e para todos os portugueses e como um legado português para o mundo livre e democrata.”

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos e passa à apresentação da Saudação (ao 25 de Abril e à Constituição) – dos/a eleitos/a do PS:

SAUDAÇÃO (ao 25 de Abril e à Constituição)

“2016 tem sido um ano de esperança e de responsabilidade para os e as democratas em Portugal. Volvidos 42 anos da revolução dos cravos e 40 anos da aprovação da Constituição a maturidade e a responsabilidade democráticas são postas à prova, exigindo dos/das eleitos/as, nos diversos órgãos, um desprendimento das lógicas dos órgãos político-partidários.

A Assembleia da República está no centro das soluções políticas como esteve há 40 anos.

Os valores do 25 de Abril, esses, não podem ser apenas lembrados em tempo de comemoração, é preciso que sejam respeitados e cumpridos todos os dias.

Há 42 anos Portugal mostrou ao mundo que era possível esmagar um regime totalitário e de pensamento único sem derramamento de sangue, com a força de um povo e a negociação; cabe-lhe, hoje, mostrar à Europa, a que pertence, que a hegemonia do pensamento único que tem imperado face à crise económica e financeira não é o melhor caminho.

Celebrar o 25 de Abril em 2016 é, pois, afirmar um Portugal com história, com dignidade, com valores, com soluções para os problemas, num quadro de inclusão convicta na Europa de hoje e dos fundadores.

Celebrar abril é, também, recordar o dia em que se “constitucionalizou” a liberdade e a democracia – 2 de Abril de 1976.

De facto esta foi a Constituição mais avançada que Portugal teve em termos democráticos, quer no que diz respeito aos direitos fundamentais e sociais, quer no que diz respeito à descentralização local e regional. Mas, esta foi, também, a primeira Constituição de um estado democrático e social que ombreia com as outras Constituições Europeias.

Nenhuma Constituição pode impedir que os governos locais e nacionais aproveitem a sua liberdade política para prosseguirem e aplicarem más políticas, mas o respeito pela

Constituição, tão desrespeitada nos últimos anos, é um garante do normal funcionamento das instituições em democracia.

O poder local democrático tudo deve ao 25 de Abril de 1974 e ao 2 de Abril de 1976.

Saibamos, na nossa ação política e cívica defender e lembrar quem nos devolveu a liberdade e quem, dois anos depois a consagrou no texto fundamental da nossa soberania democrática.

Os eleitos e a eleita na Câmara Municipal de Palmela, reunidos/a em 20 de abril de 2016, **saúdam** o 25 de Abril, data que nos une em torno dos valores da igualdade, liberdade, fraternidade e democracia e a Constituição da República Portuguesa que dá corpo a esses valores.”

Submetida a Saudação (25 de Abril) a votação, foi a mesma aprovada. Aprovado em minuta.

Submetida a Saudação (25 de Abril de 1974) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a Saudação (ao 25 de Abril e à Constituição) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Saudação (1.º de Maio) – dos/a eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

Por solicitação feita ao Sr. Presidente, usam da palavra os Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e António Braz.

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes.

Antes da leitura da Saudação (1.º de Maio) – dos/a eleitos/a do PS, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** sugere que a mesma possa ser apresentada e votada na próxima reunião de Câmara a realizar no dia 4 de maio, ao que o **Sr. Vereador António Braz** responde dizendo que os/a Vereadores/a do PS consideram que esta deve ser sujeita a deliberação antes da data que a mesma celebra – 1.º de Maio, ao que o **Sr. Presidente** assentiu.

O **Sr. Vereador António Braz** passa à leitura da Saudação (1.º de Maio):

SAUDAÇÃO (1.º de Maio)

“Anualmente trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo celebram o seu dia.

Celebrar o trabalho e o seu valor, bem como os direitos e os valores da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade continua a ser uma obrigação e um lema.

Os direitos conquistados no trabalho e no emprego não são universais e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) continua a denunciar os atropelos à escala mundial.

Sabemos que, independentemente dos avanços decorrentes do diálogo social e da negociação, nada é imutável, nem para sempre, mesmo nas sociedades democráticas.

Novas ameaças e atropelos têm surgido aos direitos de quem trabalha. A negociação coletiva e o seu papel continuam a ser um dos garantes inquestionáveis na regulação do mundo laboral.

Em Portugal, os últimos anos têm sido particularmente gravosos para os trabalhadores e trabalhadoras, no setor público, privado e empresarial do estado.

Também aqueles e aquelas que engrossam as estatísticas do desemprego merecem ser lembrados neste dia, bem como quem abandonou Portugal buscando melhores condições de vida.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, os eleitos e a eleita, reunidos/a publicamente em 20 de abril de 2016, **saúdam** todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, bem como aqueles/as que buscam o primeiro emprego e os/as que dele foram privados/as.

Viva o Dia do Trabalhador!”

Submetida a votação a Saudação (1.º de Maio), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Saudação (Os pinhalnovenses e o concelho de Palmela estão de parabéns) – dos/a eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** depois de cumprimentar os presentes passa à apresentação da Saudação que se transcreve:

SAUDAÇÃO (Os pinhalnovenses e o concelho de Palmela estão de parabéns)

“Governo do Partido Socialista assina contrato – programa com Câmara Municipal de Palmela para construção da nova Unidade de Saúde de Pinhal Novo.

Congratulamo-nos com esta tomada de decisão do atual governo, que responde a uma necessidade premente, há muito sentida pelas populações e que cumpre um dos princípios básicos da vida democrática – o acesso à saúde.

A construção desta Unidade de Saúde foi, ao longo dos anos, um dos polos agregadores de todos e todas que, de forma consciente, conhecem e defendem o território e os direitos das populações.

Neste abril de 2016, cumpre-se a esperança, com a assinatura deste contrato-programa.

Regozijamo-nos que a tomada de decisão definitiva tenha sido tomada incorporando a matriz da justiça social, a defesa das pessoas e dos seus direitos.

O Serviço Nacional da Saúde tem o ADN do 25 de Abril, é um património de que nos orgulhamos e que defenderemos sempre, mesmo em tempos de crise.

Hoje o Pinhal Novo, Palmela e as suas gentes estão de parabéns, fez-se justiça.”

Sobre a Saudação (Os pinhalnovenses e o concelho de Palmela estão de parabéns) intervêm:

O **Sr. Presidente** começa com a observação de que mais parece que estão numa cena de cinema fantástico! Continua a sua intervenção, dizendo que os/as Eleitos/as da CDU estão de acordo que se saúde os pinhalnovenses e o concelho de Palmela, mas estão, sobretudo, de acordo que se saúde os pinhalnovenses que, durante muitos anos, lutaram para que esta obra fosse uma realidade! Mas, os/as Eleitos/as da CDU não estão de acordo em que se façam saudações a qualquer governo que seja ou a qualquer partido político. O atual governo é, de facto, do PS; tem uma maioria que o apoia nalgumas matérias na Assembleia da República, mas não é um governo de esquerda, é um governo do PS apoiado por uma maioria parlamentar. Os/as Eleitos/as da CDU não estão disponíveis para aproveitamentos político-partidários de uma “luta”. O Município de Palmela conhece a história, pois foram aprovadas, durante anos, várias moções reivindicando a necessidade de construção do Centro de Saúde de Pinhal Novo, até nos anos em que o governo era do PS. A este respeito, alude às moções aprovadas no âmbito do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e que contaram com a abstenção ou o voto contra dos/as Eleitos/as do PS que estavam em funções. Caso os/a Srs./a Vereadores/a do PS em funções neste mandato fizessem nesta Saudação a retratação do vosso comportamento ao longo dos anos, teria de se alterar o texto deste documento. Quer expressar o seguinte: nenhum governo e nem sequer a Câmara Municipal de Palmela tem mérito nesta matéria. A Câmara Municipal na consecução deste objetivo – construção da nova Unidade de Saúde de Pinhal Novo – não tem procurado tirar aproveitamentos político-partidários.

Mais refere o **Sr. Presidente** que é bom falar um pouco da história sobre este assunto. Assim: em 2001 quando, ele próprio, era Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo

conseguiram cerca de 2.800 assinaturas e inicia-se uma movimentação, tendo em vista a construção de uma nova Extensão de Saúde. Face à insuficiência de instalações, ainda em 2001, com dois loteamentos no lado Sul em franco desenvolvimento, o Município de Palmela sinalizou um terreno na rua que hoje tem o topónimo de um ilustre pinhalnovense e médico do povo, Dr. Manuel Veríssimo Silva, que veio à sua posse por cedência no âmbito da operação de loteamento que foi desenvolvida. A Câmara Municipal de Palmela disponibilizou ao governo do Sr. Primeiro-ministro, António Guterres, ainda em 2001, este terreno para o fim em causa. Passaram-se anos e nada. A Câmara Municipal de Palmela voltou a insistir. Viu-se um projeto do tempo do Dr. Amílcar do Vale. Depois de muitas insistências, surge mais tarde a apresentação de um segundo projeto. Seguiram-se movimentações por parte das comissões de utentes de saúde de Pinhal Novo, comissões de utentes de serviços públicos, manifestações à porta da Administração Regional de Saúde (delegação em Setúbal e delegação em Lisboa), reuniões sucessivas com o Ministério da Saúde e com o Coordenador dos Centros de Saúde. No mandato de 2005-2009, o então Vereador Octávio Machado (a quem a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Palmela atribuiu o pelouro da Saúde, na altura) consegue o compromisso de um novo projeto. Só faltavam os projetos de especialidades. Em 2011 quem estava no governo veio com a afirmação de que o projeto estava previsto para 15.000 pessoas. No mandato autárquico anterior, em 2012, o Município de Palmela é informado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) que o projeto estava concluído, faltando a inscrição da verba em PIDDAC para 2013. Chegou-se ao ano de 2013 e zero. Os sucessivos governos andaram a brincar. O Município de Palmela neste mandato, para além de prosseguir o seu papel institucional de magistério da pressão e da influência sobre esta matéria foi mais além: esteve em duas reuniões com o Sr. Secretário de Estado e em quatro reuniões com o anterior Presidente da ARS-LVT, trouxe-o a Palmela para que visse o terreno. É preciso que a população saiba que o anterior governo queria construir a Unidade de Saúde, mas que a Câmara Municipal assumisse uma comparticipação de 50% ou de 30%, ao que o Município de Palmela respondeu que não era uma competência das Autarquias Locais a construção de Centros de Saúde, tal competência cabe ao Governo Central. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML) estudaram e debateram o mapeamento. Houve Municípios na área norte de Lisboa, o Município de Sintra e, também, o Município de Loures (apesar da mudança política em Loures prosseguir o protocolo que estava assinado, assumindo uma comparticipação de 30%), e, ainda, o Município de Cascais (pagou 30%), que assumiram participar na construção das Unidades de Saúde. O Município de Palmela cedeu um terreno para a construção deste equipamento que vale largas dezenas de milhares de euros e poderá estar, eventualmente, disponível para a execução dos acessos e dos arranjos exteriores, além do projeto. O Município acedeu a essa parceria numa postura de negociação séria, responsável e pensando, em primeiro lugar, nos interesses da população. Há uns meses ouviram-se Eleitos militantes do anterior governo com a expressão: "o Sr. Presidente da Câmara tem de agradecer ao anterior governo que assinou com ele uma série de contratos programa". Agora vem o atual governo

com a expressão: "o governo Socialista assina contrato". Repara que: atualmente todos se querem pôr em bicos dos pés e ficar na fotografia ou todos querem ser o pai da criança. Está em condições de garantir que a maioria CDU em funções na Câmara Municipal de Palmela a têm criado com muita seriedade ao longo dos anos. Foi surpreendido e confrontado com esta tentativa da organização local do PS querer aparecer e ficar na fotografia. Considera até que os/as Eleitos/as do PS estão a prejudicar um processo derivado a esta tentativa de protagonismo. É um triste aproveitamento político de um processo que tem sido construído com toda a seriedade, cordialidade e lisura e sem necessidades de protagonismos políticos. Saúdam os pinhalnovenses e a população do concelho que tem lutado por este e outros processos, que não se cala, que protesta, que usa o livro de reclamações, que denuncia e participa! Continua dizendo que, não é por obra e graça de um governo que aproveita até um contrato programa já assinado com outro governo e que veio publicada hoje em Diário da República a portaria relativa à extensão de encargos para garantir o financiamento desta obra que os/a Srs./a Vereadores/a nesta Autarquia e a organização local do PS tenham emitido um comunicado deste teor! Não está satisfeito com esta maneira de proceder. A maioria CDU neste executivo não faz política desta maneira. Este é um processo sério. Adianta que não vão votar contra a Saudação aos pinhalnovenses, mas vão votar contra o aproveitamento político-partidário da estrutura local do PS. Deve, inclusivamente, acrescentar que a estrutura nacional do PS e o governo que está em funções se têm portado muito bem com o Município de Palmela, mas a estrutura local do PS está a portar-se muito mal.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** começa por observar que o governo de Portugal é de todos os portugueses e portuguesas, seja qual for o partido que esteja em funções. Neste caso é um governo que é apoiado por vários partidos políticos, ou seja, o PS é apoiado pelos BE, PCP e os Verdes. Não é o governo PS é o governo de Portugal!

Menciona que está muito à vontade para abordar o tema da construção da nova Extensão de Saúde do Pinhal Novo. Só está na Autarquia desde 2013 e já votou contra muitas Moções que a maioria CDU trouxe para deliberação deste órgão, mas houve uma Moção que sempre votou favoravelmente, mesmo contra o governo PSD/CDS que apoiava na Assembleia da República, e foi a Moção relativa à necessidade de construção da Extensão de Saúde de Pinhal Novo, por achar que era uma justa aspiração da população. O Centro de Saúde que existe é uma vergonha para servir tanta população. Acha estranho que um governo que está há tão pouco tempo em funções tenha feito tanto para a construção desta Unidade de Saúde. É, de certa maneira, prematuro. Tal como o Sr. Presidente já referiu: o Centro de Saúde de Pinhal Novo vai acontecer. Prefere fazer a seguinte observação: o anterior governo que era apoiado na Assembleia da República pelo PSD e CDS assinou um protocolo que finalmente chegou a acordo sobre os modos e a forma como se vai construir o Centro de Saúde de Pinhal Novo. Tal como disse na altura "o protocolo é bem vindo", mas o que vale é a sua inauguração, ou seja, a sua entrada em funcionamento. Lembra que existe um Centro de Saúde em Santo António da

Charneca, no Barreiro, que está a funcionar há dois anos e nunca foi inaugurado. Quem sabe o PS não o queira inaugurar? Aquilo que interessa é que o Centro de Saúde esteja ao serviço da população. Faz parte do jogo que os membros do governo e da Autarquia queiram, legitimamente, tirar partido da obra. O contrato-programa ainda não está assinado e a organização local do PS já se vem congratular com algo que ainda nem aconteceu! A reunião de Câmara descentralizada realiza-se hoje na freguesia de Quinta do Anjo e, provavelmente, deviam estar a falar do Centro de Saúde que serve a população desta freguesia e/ou da falta de médicos de família. Os/a Srs./a Vereadores/a do PS bem podiam deixar esta manifestação de satisfação para quando se realizasse a reunião de Câmara descentralizada em Pinhal Novo e, nessa altura, provavelmente já estariam em condições de acrescentar “nós batemo-nos e conseguimos que o contrato-programa fosse rapidamente assinado”. É preciso ter calma e não deixar o contrato-programa assinado na gaveta. Depois deste documento assinado, urge a concretização da obra e a entrada em funcionamento da nova Unidade de Saúde em Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** adiciona que a Câmara Municipal de Palmela vai adiantar o montante de 1.184.000 euros.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** continua a sua intervenção, dizendo que se congratula com a construção do novo Centro de Saúde de Pinhal Novo e com a celebração do contrato-programa (quando este for assinado), mas que não lhe peçam para fazer campanha pelo PS e, ainda por cima, para situações que não correspondem à realidade. O que consta nesta Saudação é uma fantasia... os/a Srs./a Vereadores/a do PS é que “acordaram” mais entusiasmados. Naturalmente vai votar contra.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que vai descomplicar a conversa. Observa que pelo tom utilizado estão todos muito preocupados com o aproveitamento político. Os/a Eleitos/a do PS tiveram esta informação no domingo passado, ficaram contentes e elaboraram a presente Saudação. Como pinhalnovense está enormemente satisfeito. Defende que não há pinhalnovenses melhores do que outros por viverem há mais tempo na terra ou por terem nascido há mais tempo; nem há defensores maiores do que outros. Os/a Vereadores/a do PS ficariam, igualmente, contentes se o contrato-programa tivesse sido assinado no governo do PSD/CDS, e ainda mais contentes se tivesse sido assinado num governo anterior Socialista, porque são parte do poder local e, também, munícipes. Fizeram esta Saudação na informação de que o contrato-programa estava assinado. Pelos vistos ofenderam os partidos políticos que o Sr. Presidente e os Srs./as Vereadores/as com assento nesta Autarquia representam. É apenas uma Saudação. É um ato de contentamento por um equipamento que faz falta à população da freguesia de Pinhal Novo. Não há nenhuma tentativa exacerbada, nem planeada para tirar aproveitamento de que ordem fosse.

Quanto ao poder local ter defendido a construção do Centro de Saúde, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que estariam muito mal se o poder local, nos últimos 40 anos, não tivesse tido um papel ativo. Isso não reforça, nem dá mais conteúdo, a esse tom de indignação por alguém dar primeiro os parabéns. Caso fossem os/as Eleitos/as da CDU ou o Eleito da coligação PSD/CDS a apresentar uma Saudação desta natureza, os/a Vereadores/a do PS votariam favoravelmente a mesma. Isso é que faz a diferença. Sobre “quem joga o jogo” ou quem se posiciona melhor são preocupações dos/as Srs./as Presidente e Vereadores/as da CDU e da coligação PSD/CDS e nem tanto dos/a Eleitos/a do PS. Em relação a este assunto não lhe apraz referir mais nada.

O **Sr. Presidente** faz a leitura do primeiro parágrafo da Saudação *"Governo do Partido Socialista assina contrato-programa com a Câmara Municipal de Palmela para construção da nova Unidade de Saúde de Pinhal Novo"*. Não sabe se se trata de um presente histórico. E, na verdade, os/a Srs./a começam logo com uma mentira: o contrato-programa não está assinado!

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa com reparo para o seguinte: desde 2001 até esta data passaram vários governos (António Guterres do PS, Durão Barroso do PSD, Santana Lopes do PSD, José Sócrates do PS, Passos Coelho em representação da coligação PSD/CDS e António Costa do PS, com o apoio parlamentar do BE, PCP e os Verdes). É de opinião que as Autarquias e a população são muito mais humildes, porque, ao longo de todos estes anos, se não fosse a resiliência das Autarquias sempre a insistirem e da população indo a todas as lutas, quer no Pinhal Novo, quer fora desta localidade, para que esta Extensão de Saúde viesse a ser uma realidade. Mobilizaram-se interesses e houve que encetar diálogo. O governo das Autarquias nunca foi um governo igual aos governos sucessivos da República, mas isso, contrariamente a alguns arautos que diziam que a CDU pelo facto de ser sempre contra não iria ter capacidade de diálogo; mas, enganaram-se. A história demonstra que desde que há Autarquias Locais e desde que a CDU está à frente na Autarquia de Palmela sempre soube dialogar com os sucessivos governos, independentemente da opinião política que detêm sobre a capacidade de governarem. Há sempre que reconhecer que o diálogo pode levar a um acordo feito a dois ou entre as partes intervenientes. Quando se acorda também é verdade que vieram ao encontro das ambições que, não são mais nem menos, do que as ambições das populações. Não há mal nenhum em afirmar que, antes das Eleições de outubro de 2015, houve um acordo com o anterior governo (coligação PSD/CDS) que vai surtir numa determinada consequência. Provavelmente nem sequer há muito interesse em saber “quem é o pai da criança”. A Câmara Municipal de Palmela fez o que tinha de fazer para defender a população.

Mais refere o **Sr. Vereador Adilo Costa** que uma das situações colocadas sobre a mesa foi a do encerramento da atual Extensão de Saúde do Pinhal Novo (Zeca Afonso) e haver uma única Extensão de Saúde no Pinhal Novo, mas o Município de Palmela resistiu e conseguiu que se

fizesse uma boa gestão dessa crise. Usa a expressão: *"houve muitas águas que passaram sobre este rio"*. Afiança que a Câmara Municipal de Palmela está solidária com a população do Pinhal Novo e com a população do concelho de Palmela, porque, em outras reuniões que houve, levaram sempre propostas relacionadas com a execução da Extensão de Saúde de Pinhal Novo Sul e a população soube-o. Falaram da capacidade de haver ou não haver médicos de família. Parte da população do território do concelho de Palmela está sem médico de família, mas o diálogo continua a ser feito. Há um caminho institucional a que as Autarquias se obrigam: a dialogar.

O **Sr. Vereador António Braz** mostra-se chocado com a indignação do Sr. Presidente e dos/as Srs./as Vereadores da CDU e da coligação PSD/CDS. Há uma questão que o intriga enormemente e que tem a ver com o facto de o Sr. Presidente ter referido que a presente Saudação vem criar uma questão política, mas será que o contrato-programa não vai ser assinado?

Face à questão apresentada pelo Sr. Vereador António Braz, o **Sr. Presidente** esclarece que a Câmara Municipal de Palmela tem convidado membros do anterior governo para assistirem à cerimónia de assinatura do contrato-programa, só que, como houve eleições e estava na altura da aprovação do Orçamento de Estado, não pôde ser feito. Convidou, igualmente, membros do atual governo. Tem dado nota das reuniões em que tem participado sobre este mesmo tema. Em 23 de dezembro de 2015 esteve com o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Saúde e voltou a estar em janeiro último. No final de fevereiro trouxe um programa preliminar em mãos, mas haviam-se enganado no programa preliminar (era para 25.000 utentes quando, na realidade, deve servir para 15.000 utentes). Cada vez que estiveram em reuniões, a Câmara Municipal mostra-se insistente na assinatura do contrato-programa, mas tem obtido como resposta: "agora não pode ser, porque estão a trabalhar no novo Orçamento de Estado, possivelmente só em março". É evidente que a Câmara Municipal de Palmela está a trabalhar seriamente neste assunto. Os/a Srs./a Vereadores/a do PS começam esta Saudação com *"Governo do Partido Socialista assina contrato-programa (...)"* e nem sequer valorizam o trabalho que foi feito pelo poder local e pela população. Esta Saudação só surge para valorizar o governo do PS. É, de facto, lamentável. Os/a Srs./a Vereadores/a do PS podiam ter redigido uma Saudação limpa que colheria a unanimidade, e saudar o facto de o assunto estar bem encaminhado. Mas, não o fizeram desta forma. Quiseram fazer o "bonito da fotografia".

Lembra o **Sr. Presidente** que, aquando da discussão das Moções no âmbito do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), em que os/as Srs./as Vereadores da oposição se abstinham ou votavam contra, diziam que os/as Eleitos/as da CDU só sabiam reivindicar, que era muito fácil reivindicar, mas o governo não tinha dinheiro para fazer face a tantos investimentos. A Câmara Municipal de Palmela vai ter de despender verbas em áreas que não são da sua responsabilidade. Isto significa que trabalham seriamente para que este investimento se concretize, porque há outros concelhos que,

infelizmente, vão ter de continuar à espera. O Município de Palmela conseguiu, assim como o Município de Sesimbra, porque na margem Sul da península de Setúbal ninguém mais conseguiu. Crê que o processo vai continuar a correr muito bem, mas é pelo trabalho sério que o Município de Palmela tem vindo a desenvolver. Todos estão muito preocupados qual foi o governo que esteve na base da construção da nova Unidade de Saúde de Pinhal Novo, mas no território todos/as sabem quem são as pessoas, pois estiveram sempre os mesmos, e não precisam de rótulos, nem de autocolantes no peito.

Submetida a votação a Saudação (Os pinhalnovenses e o concelho de Palmela estão de parabéns), foi a mesma rejeitada com o voto contra do Sr. Presidente e dos/as Srs./as Vereadores/as Adília Candeias, Adilo Costa, Luís Miguel Calha, Fernanda Pésinho e Paulo Ribeiro.

Informações / Assuntos diversos:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos.

• **Comemorações no âmbito do Dia Mundial da Dança – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá conhecimento que a Câmara Municipal, em parceria com a companhia de dança residente no Cineteatro S. João, DançArte, está a assinalar o Dia Mundial da Dança 2016 com um programa que se prolonga até ao final do mês.

Acrescenta que esta iniciativa tem como grandes objetivos que passam por: afirmar a dança no concelho, motivar públicos e realçar os benefícios da prática desta forma de expressão artística. Este programa começou no passado fim de semana e vai ter continuidade, no dia 29 de abril, no Centro Cultural de Poceirão que vai receber uma iniciativa integrada nas comemorações do Dia Mundial da Dança, e no Cineteatro S. João, em Palmela.

• **“Álbum de Família” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que, na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com a população do Centro Histórico de Palmela, o Município lançou um novo desafio, que consiste na construção do “Álbum de Família” deste núcleo urbano. Nesta medida, vão realizar-se, até junho, quatro encontros temáticos, no Espaço Cidadão e no terraço do Mercado Municipal de Palmela, onde serão partilhadas fotos antigas, através da projeção em grande formato. São vários os temas que irão ser abordados, apresentados; no fundo o objetivo passa por ampliar o conhecimento sobre a vida na vila, ao longo dos tempos, refletindo sobre tradições, acontecimentos e vivências, e recorrendo ao conhecimento da população para identificar pessoas e registar aquilo que tem sido a história deste núcleo urbano. Da mesma forma, o Município está a apelar aos munícipes que partilhem, também, os seus álbuns com as suas recordações ao longo do tempo, enriquecendo o projeto.

• **Um “Centro Histórico de Oportunidades”** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha informa que no próximo dia 3 de maio, às 14:30 horas, vai realizar-se mais uma iniciativa “Centro Histórico de Oportunidades”, no espaço cidadão, dedicado ao tema “Desafios e oportunidades no setor da restauração”.

Mais refere que a partilha de experiências empresariais de sucesso na área da restauração e a reflexão sobre as dificuldades e as expectativas para a evolução deste setor são objetivos deste encontro, que pretende, também, estimular o empreendedorismo e dar a conhecer os incentivos para a abertura de novos negócios e dinamização económica do Centro Histórico.

Acrescenta que a sessão conta com a participação de representantes de várias associações ligadas ao setor, nomeadamente da ARESP – Associação de Restauração e Similares de Portugal e, também, de várias unidades económicas do concelho. Serão apresentados um conjunto de incentivos para potenciais investidores que a Autarquia está a disponibilizar.

• **Beatriz Conduto chamada à seleção nacional sub-16 feminina de futebol** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que a atleta da equipa sénior do Quintajense Futebol Clube, Beatriz Conduto, foi chamada à seleção nacional sub-16 feminina de futebol.

Beatriz Conduto conta, já, com três chamadas à seleção nacional sub-17 e uma à sub-16. Com um palmarés invejável, a jovem jogadora passou pelo Padre Nabeto e pelo Palmelense Futebol Clube, encontrando-se na sua primeira época ao serviço do Quintajense Futebol Clube, onde disputa o Campeonato Nacional de Promoção, sendo a melhor marcadora da equipa.

• **Atletas do concelho convocados para o Europeu e o Mundial de Orientação** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que seis atletas do concelho de Palmela foram convocados pela Federação Portuguesa de Orientação para integrar as delegações portuguesas nos Campeonatos Europeu e Mundial de Jovens de Orientação Pedestre 2016, a decorrer na Suíça, entre 7 e 15 de julho.

Mais refere que participam no europeu os atletas Pedro Moniz, Ricardo Esteves e Patrícia Romão, e no mundial, Bernardo Pereira, Ricardo Esteves e Filipa Rodrigues. É de sublinhar que a convocatória contemplou onze atletas para o europeu e sete para o mundial, o que reflete bem a qualidade dos jovens desportistas e a dimensão que a modalidade tem vindo a registar no concelho de Palmela. Recorde-se que, em maio, Palmela será palco dos Campeonatos Nacionais de Orientação de Distância Longa e de Sprint.

• **Comemorações no âmbito do 42.º aniversário do 25 de Abril** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha regista que o concelho de Palmela está a assinalar o 42.º aniversário do 25 de

Abril de 1974, bem como os 40 anos da Constituição Portuguesa e do Poder Local Democrático, estando a decorrer um riquíssimo programa de atividades, construído, em parceria, pelo Município, as Juntas de Freguesia, o movimento associativo e a comunidade educativa. No total, são cerca de quatro dezenas as entidades envolvidas, que irão promover 162 eventos, dinamizando iniciativas desportivas, culturais e recreativas, exposições e palestras.

No programa central proposto pelo Município, sublinham-se os espetáculos a Banda Filarmónica da SIM com João Afonso e Rogério Pires; o espetáculo "Canto a canto" pela Orquestra Palmela Encore, em Palmela, e os "Virgem Suta", em Pinhal Novo.

No campo do teatro, a Autarquia promove a itinerância pelo concelho da peça "A última noite", criada para o efeito pelo Teatro Sem Dono. Destaque, para um conjunto de exposições, para "Tocadores e Cantautores de Abril", de António Mapão, e "40 anos de Abril", no Auditório Municipal de Pinhal Novo e, também, no Foyer do Cineteatro S. João, em Palmela. No dia 25 de abril, às 11 horas, a Biblioteca Municipal será palco da Sessão Solene da Assembleia Municipal - momento de grande simbolismo que reunirá as forças vivas do concelho.

A 29 de abril, ter-se-á o prazer de receber, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, a palestra "40 anos da Constituição". É uma iniciativa organizada em parceria com a Associação Conquistas da Revolução.

Além das iniciativas próprias, desenvolvidas no espaço escola, a comunidade educativa apresenta as exposições "Celebrar Abril no concelho de Palmela", na EB José Saramago, e "Construir a Paz com os valores de Abril", nas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo, e promove-se a inauguração de um painel na Escola Básica Salgueiro Maia, alusivo ao seu patrono.

A nível regional, o concelho de Palmela vai estar representado, através de músicos e associações juvenis, no Festival Liberdade, uma iniciativa da organização da Associação de Municípios da Região de Setúbal, a realizar nos dias 10 e 11 de junho, no Barreiro.

● **Festa de encerramento da 22.ª edição do Fantasiarte – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o Fantasiarte, na sua 22.ª edição, vai fazer a sua festa de encerramento. O Fantasiarte é um projeto que assinala a Arte como um direito universal das crianças e dos jovens, e festeja, com todos, o acesso à educação, como oportunidade de desenvolvimento pessoal, relacional e de participação na vida cultural e artística de Palmela.

São 55 programas artísticos, da responsabilidade das escolas e outras entidades educativas, mostram, em palco, os talentos dos participantes nas áreas da música, teatro, dança, artes visuais entre outras, reforçando este projeto como um bem comum.

Entre os participantes com programa e os espetadores, cerca de 2.500 crianças da educação pré-escolar, alunos do primeiro ano do 1.º ciclo ao ensino secundário, utentes da APPACDM

(Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) e população de idade maior vão estar nas festas de encerramento, no Cineteatro S. João, de 2 a 6 de maio.

Estes programas envolvem todos os Agrupamentos de Escolas e as duas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo. Também estão representadas as instituições de solidariedade social do concelho e entidades de educação e ensino privados, bem como as Associações de Pais da EB Zeca Afonso e da EB Salgueiro Maia de Pinhal Novo.

Decorreu, ainda, neste âmbito, a Formação Fantasiarte "Sensibilização Teatral", dirigida pelo "Bando", num total de 8 horas (15 e 17 de março e 12 e 14 de abril), que contou com a participação de 10 professores/educadores.

• **Intervenções em edifícios escolares** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que está concluída a requalificação do logradouro da Escola Básica de Águas de Moura, através de execução do campo de jogos informal. Trata-se duma intervenção de cerca de 16.000 euros; nesta escola procedeu-se, também, à reparação de caixilharias do edifício central. No próximo dia 22 de abril, os alunos desta escola, no âmbito do projeto municipal "eu participo" e na sequência de trabalho e de decisões efetuadas na própria escola, vêm a Palmela ter um contacto direto com os eleitos. Há, também, um convite para um jogo de futebol que é uma promessa feita pelo Sr. Presidente, na Escola de Águas de Moura, em que participam os alunos e os eleitos, em equipas mistas.

• **Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que vai ser assinalado a 29 de abril, pelas 14:00 horas, no Espaço Fortuna – Artes e Ofícios, em Quinta do Anjo, o encontro: Envelhecimento Ativo, Relação entre Gerações e Arte: – Pontos de interseção/desafios.

Este é um convite às diferentes gerações para refletirem e debaterem o papel das expressões artísticas para um envelhecimento positivo, facilitador de espaços de convivência e relação entre os mais novos e a idade maior.

O Encontro dá, ainda, destaque à apresentação dos resultados do Concurso de Imagem Gráfica "*No Município de Palmela (a) IDADE é a Maior!*", dirigido aos jovens do Ensino Secundário das Escolas do concelho, do presente ano letivo, bem como à exposição do conjunto dos trabalhos dos alunos/as, patente de 29 de abril a 8 de maio, no Espaço Fortuna.

Ainda, neste contexto, sublinha-se o reconhecimento da disponibilidade de envolvimento dos membros do júri do concurso: Professora Ana Fialho, da Escola Secundária de Pinhal Novo; Professora Ana Basílio, da Escola Secundária de Palmela e Dr. Wolfgang Gruner, Vice-presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, Associação com quem Palmela tem tido o prazer de contactar através da sua Presidente, Dra. Maria João Quintela.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** cumprimenta os presentes.

• **Reunião de Câmara descentralizada (Freguesia de Quinta do Anjo)** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que não queria deixar de cumprimentar os nossos munícipes presentes que mantêm, mais uma vez, a tradição de serem participativos, ativos exigentes e, desta forma, ajudam a construir um território cada vez mais humano, mais agradável e um sítio onde se pode viver melhor. Por isso, bem hajam a todos. O Município de Palmela conta sempre com a participação de cada um e de todos.

• **Prolongamento da iluminação pública nos Bairros Alentejano – Marinheiros (Freguesia de Quinta do Anjo)** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** informa que se iniciou esta semana o prolongamento da iluminação pública na Rua 25 de Abril, sita nos Bairros Alentejano e de Marinheiros, na freguesia de Quinta do Anjo.

Trata-se da instalação de 4 luminárias, adjudicadas pela Câmara Municipal à EDP (Eletricidade de Portugal), pelo montante de cerca de 750 euros. Este reforço de iluminação visa melhorar o conforto e a segurança naquela via.

Com o mesmo objetivo e, também, por solicitação do Município de Palmela tem estado a ser remodelada a iluminação pública na estrada de Vila Amélia e Quatro Marcos, no valor aproximado de 8.200 euros.

DESPACHOS EMITIDOS PELO/A SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 06.04.2016 e 19.04.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos

processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 04.04.2016 e 15.04.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06.04.2016 a 19.04.2016, no valor de 1.534.500,19 € (um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos euros e dezanove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 19.04.2016, apresenta um saldo de 4.835.735,18 € (quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco euros e dezoito cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.168.065,90 € (quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, sessenta e cinco euros e noventa cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 667.669,28 € (seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove euros e vinte e oito cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Nomeação de representante do Município na Assembleia Geral da Palmela Desporto, E.M..

PROPOSTA N.º GAP 01_11-16:

«A Lei que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, determinou a obrigatoriedade de existência da assembleia geral nas empresas locais, atribuindo

a este órgão um conjunto de decisões, anteriormente da competência do órgão executivo municipal.

Deste modo, compete à Câmara Municipal designar o representante do Município na Assembleia Geral da Empresa Municipal Palmela Desporto, E.M..

Para o exercício das funções de representante do Município de Palmela na Assembleia Geral da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M., Unipessoal, Lda., **propõe-se**, em conformidade com o n.º 2 do art.º 26.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_11-16:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o), e u), do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora.
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na cultura e juventude, e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de

articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foi apresentada pela Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização de atividades e a aquisição de equipamentos;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r) do referido regulamento;

Assim, **propõe-se**, de acordo com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro, de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) destinados à atividade e € 295,00 (duzentos e noventa e cinco euros) à aquisição de equipamento à Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” numerada DCDJ 01_11-16 intervém:

O **Sr. Presidente** regista que, para além desta candidatura, a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” tem outros projetos e programas contratualizados com o Município de Palmela. Recordar-se, por exemplo, do Festival Internacional de Música de Palmela que tem um protocolo específico com verbas para esse mesmo efeito.

Atendendo a que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha pertence aos corpos sociais da Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” não participa na votação desta proposta.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião deixa de ser participada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Submetida a votação a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

GABINETE JURÍDICO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Contrato de Comodato entre o Município e o Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas.

PROPOSTA N.º DADO_GJ 01_11-16:

«O Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, pessoa coletiva de utilidade pública, tem por objeto contribuir para a educação dos jovens no âmbito de um processo de educação não formal, cujo ponto de partida é o sistema de valores enunciados na Lei e na Promessa escutistas.

O Agrupamento tem cerca de 36 anos de existência, conta com um efetivo de aproximadamente 140 elementos, dos quais 120 têm idade inferior a 30 anos, e tem revelado elevado envolvimento com a comunidade e cultura local, nomeadamente pela participação na Festa de Todos os Santos e pela dinamização de projetos de valorização da Serra em conjunto com a Junta de Freguesia, contribuindo ainda para a prevenção e diminuição da exclusão social no território.

No âmbito da sua atividade, o Agrupamento prossegue, naturalmente, a realização dos objetivos escutistas, como seja o contacto com a natureza, o crescimento de cada escuteiro nas várias dimensões pessoais e o estreitamento da relação cultural e social com o meio em que se inserem.

A concretização de tais objetivos e a dinâmica revelada pelo Agrupamento - consumável, nomeadamente, pela organização e realização de acantonamentos e de acampamentos de escuteiros de todo o País – colocaram em evidência a utilidade da criação da Casa do Escuteiro.

Para tanto, o Agrupamento solicitou ao Município a cedência do prédio onde esteve instalado o matadouro da Quinta do Anjo.

A Câmara Municipal de Palmela apoia as atividades de natureza social, cultural e educativa (art. 33º, nº1 al. u) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo-lhe deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, com vista, nomeadamente, à execução de obras ou à realização de eventos com interesse para o município (art. 33º, nº 1 al. o) do RJAL).

Assim, e consideradas as necessidades específicas do Agrupamento, a colaboração do Município seria concretizável pela cedência, em contrato de comodato, do prédio sito em Rua Joaquim Duarte Simões, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 3746 (anexo 1: cópia

informativa), inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7570, da freguesia de Quinta do Anjo (anexo 2: caderneta predial), com a área total de 391m², e com o valor patrimonial tributário de €131.170,00.

O referido contrato de comodato destina-se à afetação do imóvel para fins de interesse público e social prosseguido pelo Agrupamento, concretamente, à instalação da Casa do Escuteiro, e terá a duração de vinte anos, renovável no final do seu termo, por iguais períodos, salvo denúncia de uma das partes com a antecedência de 30 dias em relação ao termo do prazo.

No cumprimento do contrato de comodato, o Agrupamento fica obrigado a:

1. Fazer um uso prudente e cuidado do imóvel;
2. Manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes do uso prudente, tendo em conta a finalidade para que foi cedido, zelando pela sua segurança e bom funcionamento;
3. Promover a plena utilização do equipamento, dando uso continuado e ininterrupto ao fim a que se destina o contrato;
4. Suportar os encargos decorrentes do normal funcionamento do imóvel, designadamente os relativos aos consumos de água, eletricidade, gás, telefone, internet, televisão, limpeza, prémios de seguro de incêndio, sistema de alarmes;
5. Apresentar anualmente ao Município o relatório de ocupação do imóvel;
6. Participar ativamente com o Município e com outras entidades locais na realização de atividades educativas;
7. Manter atividade regular, apresentando plano e relatório anual de atividades.

Ao Município caberá, por sua vez:

1. Acompanhar a atividade realizada pelo Agrupamento;
2. Garantir que o Agrupamento respeita a integridade do imóvel.

O aludido contrato preverá ainda que o comodato ora proposto seja objeto de imediata reversão se:

- For dado ao edifício uso diverso do contratualmente previsto; ou
- Não forem cumpridas as obrigações assumidas pelo Agrupamento, independentemente dos motivos.

Assim, reconhecendo o cariz social e meritório da atividade desenvolvida pelo Agrupamento, **propõe-se** que, nos termos do art.º 33º, nº 1 alíneas g) e o) do RJAL, se delibere a celebração de contrato de comodato entre o Município de Palmela e o Agrupamento 504 da Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas, pelo período de 20 anos, sobre o prédio sito em Rua Joaquim Duarte Simões, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 3746, inscrito na matriz

predial urbana sob o artigo 7570, da freguesia de Quinta do Anjo, conforme minuta que se anexa e faz parte integrante da presente proposta (anexo 3).»

Sobre a proposta de Contrato de Comodato entre o Município e o Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas numerada DADO_GJ 01_11-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** adianta que os/a Vereadores/a do PS vão votar favoravelmente a proposta em apreciação. E justifica: a proposta tem a ver com património público que não está a ser aproveitado numa zona onde outras soluções são difíceis, devido ao Parque Natural da Arrábida (PNA) e à posição que têm em relação a alguns envolvimento nas franjas do seu parque, caso contrário poder-se-iam considerar outras opções como um hostel ou um albergue.

Mais refere o **Sr. Vereador Pedro Taleço** que a única questão que tem a levantar se prende com a capacidade que os escuteiros têm para recuperar aquele espaço, na medida em que não são especialistas em construção. É preciso atender que no interior do espaço está um poço meio escondido e preocupa-o a pouca habitabilidade do espaço em causa. Nem sequer parece que esteja prevista verba para obras na proposta seguinte desta ordem de trabalhos (Ponto 4 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo). Se o Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas e a Câmara Municipal de Palmela assumem este compromisso, os/a Vereadores/a do PS não têm por que se opor. O Agrupamento fica com um espaço bem perto da serra que lhe vai permitir em segurança realizar atividades.

O **Sr. Presidente** menciona que a Autarquia é conhecedora das condições em que o espaço se encontra, mas tem plena convicção de que o Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas é a entidade ideal para tomar conta do espaço em questão. Naturalmente vão ter de ser efetuadas limpezas, terraplanagens e até demolições, porque existem construções a mais que não estão licenciadas, nem têm enquadramento para qualquer licenciamento no parque e decorrem de um histórico de ocupação que já preencheu muitas horas de discussão nesta Câmara Municipal há 20 anos ou mais. Felizmente a situação ficou resolvida com o realojamento da família que lá vivia em condições condignas e, de facto, o espaço pode ser reabilitado. Trata-se dum espaço que em termos cadastrais está registado e possui levantamento aéreo-fotogramétrico. A Câmara Municipal assume o que vem estipulado no Contrato de Comodato. Se não se preveem hoje verbas significativas para este investimento, estas terão de existir no futuro de acordo com os recursos disponíveis. Realça que os escuteiros têm uma grande capacidade de mobilização não só na Quinta do Anjo, mas em particular na aldeia de Quinta do Anjo e já tiveram oportunidade de assistir a outras obras que pareciam impossíveis na sede dos escuteiros e na capela, mas estas realizaram-se. Há gente trabalhadora que vai dar o melhor uso àquele espaço que tem um enorme potencial de contacto com as atividades ao ar livre, com a natureza, a interpretação da serra e com todas as atividades de

preparação para a vida que são dinamizadas com crianças e jovens. Está ciente de que vai correr tudo bem.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_11-16:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o), e u), do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na cultura e juventude, e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foram apresentadas pelo movimento associativo cultural e juvenil do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização de atividades, aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação;

- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r) do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica das candidaturas apresentadas, corresponde a atribuição dos seguintes montantes, visando o apoio à atividade, a aquisição de equipamento e a realização de obras de conservação:

Associações Juvenis	Apoio à Atividade (€)	Apoio à Aquisição de Equipamento (€)	Apoio a Obras de Conservação (€)
Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	2.000,00	-	-
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	1.500,00	-	-
Associação Amigos da Festa Brava de Pinhal Novo	500,00	-	-
Associação Teatro Sem Dono	-	526,00	-
Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo	1.500,00	-	-
Sociedade Filarmónica Humanitária	1.500,00	576,00	-
SFUA- Sociedade Filarmónica União Agrícola	2.000,00	138,00	1.500,00
Bardoadá "Grupo do Sarrafo"	-	1.345,00	
Motoclube Palmela	1.000,00	-	-
PIA - Projectos de intervenção Artística	-	684,00	1.761,00
Associação de Moradores da Quinta da Torre Marquesa II	1.500,00	201,00	-
SIM - Sociedade de Instrução Musical	1.000,00	751,00	-
ATA - Acção Teatral Artimanha	-	479,00	1.250,00
Grupo Desportivo e Recreativo "Águias da Aroeira"	1.000,00	-	-
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio – Asseiceira	350,00	-	1.360,00
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	500,00	-	-
Associação Projeto 270	2.000,00	-	-
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.000,00	-	-
Associação Juvenil ADONIA	-	250,00	-
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	1.000,00	273,00	-
Associação Juvenil COI	1.500,00	1.043,00	953,00
Associação Juvenil Indiferentes	1.110,00	31,00	-

Associação Juvenil ODISSEIA	1.500,00	-	-
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	1.500,00	432,00	-
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	500,00	860,00	-
Agrupamento 1269 de Poceirão do Corpo Nacional de Escutas	1.000,00	420,00	-
TOTAIS	25.460,00	8.009,00	6.824,00

Quadro 1. Associações culturais e juvenis candidatas ao RMAA e proposta de apoios financeiros mediante avaliação técnica

Assim, **propõe-se**, de acordo com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição dos apoios financeiros, destinados à atividade, à aquisição de equipamento e a apoio a obras de conservação, de acordo com o Quadro 1.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo numerada DCDJ 02_11-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede escusa da votação desta proposta, uma vez que pertence aos órgãos sociais de uma das associações juvenis contempladas, a qual foi aceite pelo **Sr. Presidente**.

O **Sr. Vereador António Braz** considera dever realçar que, comparativamente com a proposta aprovada no ano transato (em 2015), regista-se um valor considerável dos apoios financeiros. Os critérios de apreciação são muito consistentes. Há uma melhoria para o associativismo que lhe apraz registar.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião deixa de ser participada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço.

Submetida a votação a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço.

PONTO 5 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DCDJ 03_11-16:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo desportivo, a autarquia efetivamente contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora e que a prática desportiva se apresenta como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo desportivo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação, sendo essas candidaturas substanciadas na apresentação dos seus Programas de Desenvolvimento Desportivo;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise

técnica das candidaturas apresentadas, corresponde a atribuição dos seguintes montantes referentes ao apoio à atividade e realização de obras de conservação:

Associações Desportivas	Apoio à Atividade (€)	Apoio à realização de obras de conservação (€)
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	1.000,00	-----
Clube Desportivo Pinhalnovense	2.000,00	-----
Grupo Desportivo da Lagoa da Palha	500,00	-----
Grupo Desportivo Valdera	500,00	-----
Grupo Desportivo da Volta da Pedra	500,00	2.275,00
Quintajense Futebol Clube	2.000,00	4.500,00
União Desportiva da Palhota	-----	3.391,00
TOTAIS	6.500,00	10.166,00

Quadro 1. Associações desportivas candidatas ao RMAA e proposta de apoios financeiros mediante avaliação técnica Assim, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23º, da alínea u), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6º, 46º e 47º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar os contratos-programa (em anexo), a celebrar entre o Município de Palmela e as associações desportivas, os quais fazem parte integrante da presente proposta vigorando até ao final de 2016 e que consubstanciam os apoios decorrentes do presente RMAA.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo numerada DCDJ 03_11-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que gostaria de ter a perceção se há uma grande diferença entre o valor que é requerido e a verba que é efetivamente atribuída. Recorda-se, por exemplo, do Clube Desportivo Pinhalnovense que fazia o pedido para 10.000 euros, tendo-lhe sido atribuído apenas 2.000 euros. A que se deve esta disparidade?

Face à questão suscitada pelo Sr. Vereador António Braz, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** explica que há critérios claramente definidos e que estão na base dos apoios financeiros que são propostos à aprovação. Por sua vez, as candidaturas assentam no mérito e na qualidade e são estes valores que não correspondem ao que é a proposta integral de valores que os vários clubes e associações desportivas solicitaram à Autarquia.

O **Sr. Presidente** acrescenta que os critérios estão definidos. As associações e os clubes solicitam um determinado valor e justificam que têm 300 miúdos na formação, mas é preciso

atender se há pagamentos a serem realizados pelos pais. Há a registar que, para além dos apoios financeiros ao movimento associativo desportivo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, acrescem os apoios financeiros que são atribuídos no âmbito dos contratos programa relativos à utilização dos equipamentos desportivos municipais. Existem, também, os pré-acordos para as candidaturas que vários clubes têm para a melhoria das suas instalações. Há as candidaturas que os clubes fazem junto da Federação Portuguesa de Futebol (no caso dos que têm futebol) e a Autarquia comparticipa com a parte restante. Se houver candidaturas vencedoras neste cômputo, é preciso trazer no futuro a reunião de Câmara a parte que respeita à comparticipação do Município. A(s) expectativa(s) que os clubes têm é, assim julga, dentro desta ordem de valores. Recorda o apoio financeiro que foi atribuído ao Palmelense Futebol Clube para o relvado sintético na ordem dos 130.000 euros. Refere que o Clube Desportivo Pinhalnovense tem a sua sede num imóvel alugado pela Câmara Municipal de Palmela. Há aspetos que a proposta pode não refletir na totalidade.

Por último, o **Sr. Presidente** refere que o pacote de apoios ao associativismo desportivo, cultural e juvenil do concelho cresceu na ordem dos 56.959 euros comparativamente com o ano de 2015. O facto de nos tempos que correm estar a acontecer algo do género é um passo consistente para que as associações e os clubes não deixem de trabalhar. Regista que a Câmara Municipal não descarta outras áreas de intervenção onde, como antes já referiu, também presta o seu apoio.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – Início do procedimento e participação procedimental.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEP 01_11-16:

«O Regulamento de Atividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (RATAVLP) foi publicado na 2ª série, nº 103, de 3 de maio de 2004, do Diário da República.

Após a publicação do RATAVLP, houve alterações sociais, económicas, tecnológicas e legislativas às quais a atividade de transporte rodoviário em veículos ligeiros se tem procurado adaptar.

Localmente, a análise do histórico de ocupação do contingente previsto para o concelho de Palmela; a criação de dois novos lugares de estacionamento, no futuro parque de estacionamento sul, junto à estação ferroviária de Pinhal Novo; e a discussão suscitada por alguns operadores locais são igualmente fatores que recomendam uma revisão dos instrumentos de gestão municipal em vigor.

O município está fortemente empenhado em contribuir para um novo paradigma de mobilidade, mais sustentável, que concorra para a qualificação e coesão territorial e que, sendo mais flexível, não comprometa o direito das comunidades ao acesso a serviços essenciais.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído na al. k), n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. O início do procedimento de alteração do Regulamento de Atividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros, publicado na 2ª série, nº 103, de 3 de maio de 2004, do Diário da República, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados e interessadas e apresentação de contributos;
2. Determinar que podem constituir-se como interessados e interessadas, todos e todas aqueles e aquelas que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus e suas associados e associadas, que caibam no âmbito dos respetivos fins;
3. Que os interessados e interessadas podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração deste regulamento, até 10 dias (úteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1, do artigo 112.º do CPA;
4. Que a constituição como interessados e interessadas e os contributos sejam dirigidos à Presidência da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2954-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou por telefax ou correio eletrónico.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Atribuição de topónimo na Freguesia de Quinta do Anjo.

Requerente: José Manuel Pinto Seco. Processo: TOP-6263/2015. Local: Bairro Alentejano – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 4017/2015.

PROPOSTA N.º DAU 01_11-16:

«No âmbito da análise de um pedido de indicação de número de polícia para um prédio, que se insere na operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento nº 283, cujo acesso é efetuado pelo arruamento assinalado na planta anexa, verificou-se que, não obstante o referido arruamento pertencer à rede viária municipal, não tem topónimo atribuído.

O arruamento em causa, com início na Rua das Fazendas (sul) e término na Rua do Gado (norte), localiza-se no Bairro Alentejano (melhor identificado na planta anexa) e apenas parte da sua extensão se encontra dentro de perímetro urbano, tendo os serviços de toponímia proposto os topónimos “Rua do Prado” ou “Rua da Seara”, procurando assim, estabelecer uma ligação entre as designações referidas e a identidade da zona.

Foi consultada a correspondente Junta de Freguesia relativamente aos topónimos propostos – nos termos previstos da alínea ss) do nº 1, do art. 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor – que, a 17/02/2016, emitiu parecer favorável a ambas as designações, sem, no entanto, referir qualquer preferência.

Neste contexto, foi em sede de reunião da Comissão de Toponímia, realizada a 25/02/2016, que se considerou, unanimemente, mais adequada e identitária do local a designação “Rua da Seara”, em cumprimento do disposto do nº 2 do art. 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), em vigor e com fundamento nos termos conjugados da alínea l) do nº 1 do artigo 2º e da alínea a) do nº1 do artigo 9º do mesmo regulamento.

Face ao exposto, considerando os pareceres favoráveis, quer da Comissão de Toponímia, quer da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, já invocados, **propõe-se** a aprovação da atribuição do topónimo “Rua da Seara” ao arruamento identificado na planta em anexo que faz parte integrante da presente deliberação, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e trinta minutos do dia vinte e um de abril de dois mil e dezasseis, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco